

# Democracia Socialista

Nesta edição

gustavo  
CODAs  
direitos cuba  
humanos poesia  
conjuntura  
bacurau  
LULALIVRE  
contrarrevolução  
cinema

R E V I S T A

# Democracia Socialista

SÃO PAULO, OUTUBRO DE 2019

*Revista Democracia Socialista* é uma publicação da Democracia Socialista (DS),  
tendência interna do Partido dos Trabalhadores

 Esta revista está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

#### **Editores**

Joaquim Soriano

#### **Coordenação editorial**

Marisa S. Mello

#### **Grupo de trabalho editorial**

Clarice Paradise

Elmano Freitas

João Gabriel

Juarez Guimarães

Marilane Teixeira

Nalu Faria

Raul Pont

#### **Projeto gráfico e diagramação**

Caco Bisol

#### **Tiragem**

200 exemplares

[www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)

*Revista Democracia Socialista*

São Paulo, Associação Caetés,

Número 8, outubro de 2019

ISSN 2317-577X

#### **Coordenação Nacional da DS**

Afonso Florence

Alexandre da Rocha

Alícia Nelsis

Álvaro Alencar

Ana Carolina Silva

Ana Clara Franco

Ana Claudia Silva

Ana Pimentel Lima

Antônio Carlos

Arlete Sampaio

Balbina Rodrigues

Bernardo Cotrim

Beto Bastos

Bira de Souza

Bruna Rocha

Carlos Pestana

Carlos Henrique Árabe

Cláudia Chanfrin

Cledisson Junior

Cristian Ribas

Daniel Gaio

Daniela Bonato

Dara Sant'Anna

Edmilton Cerqueira

Eliane Silveira

Elvino Bohn Gass

Eneida Nascimento

Estevão Cruz

Eulália Nascimento

Eutália Barbosa

Fabiola Paulino da Silva

Gabriel Medeiros

Gerusa Bittencourt

Gilmar Machado

Gimenes

Guilherme Barbosa

Henrique Pulga

Herlon Miguel

Iranilde Novaes

Iris de Carvalho

Isolda Dantas

Janeslei Albuquerque

João Grandão

Joaquim Soriano

Jonas Cavalcante

José Raul

Josete Dubiaski

Juarez Guimarães

Karol Cavalcante

Lenilda Lima

Liliane Oliveira

Liliani Nascimento

Lourenço da Silva

Lucio Costa

Luizianne Lins

Marcelo Fragozo

Margarida Salomão

Mariana Jorge

Marina Lehmann

Mario Magno

Marlei Fernandes

Miguel Rosseto

Milton Rezende

Moara Correa Saboia

Nalu Faria

Neivaldo Virgílio

Pepe Vargas

Rafael Freire

Raimundo Ângelo

Raul Pont

Robinson Almeida

Rosalina Amorim

Rosana Sousa

Rosane Silva

Dr. Rosinha

Sofia Cavedon

Stênio Dias

Tatau Godinho

Tica Moreno

Ticiana Studart

Vânio dos Santos

Vera Miranda

# SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

POESIA

9

CASSANDRA

HELENA ZELIC

POESIA

11

POLÍTICA DE ANIQUILAÇÃO

HELENA ZELIC

13

HOMENAGEM DA MILITÂNCIA DA DS

A GUSTAVO CODAS

15

GUSTAVO CODAS

PAIXÃO E LUCIDEZ

CONJUNTURA

19

A CONTRARREVOLUÇÃO NO BRASIL

GUSTAVO CÓDAS

VERSÃO EM PORTUGUÊS: IURI CODAS

POESIA

37

CHAMADO À AÇÃO

HELENA ZELIC

DIREITOS HUMANOS

39

MARX, A LIBERDADE E OS DIREITOS HUMANOS

JUAREZ GUIMARÃES

ENTREVISTA  
57  
LLANISCA LUGO  
POR RENATA MORENO

CULTURA  
71  
SOBRE BACURAU  
RICARDO MUSSE

## APRESENTAÇÃO

Chegamos ao oitavo volume da Revista Democracia Socialista. Nessa edição, selecionamos três poemas de Helena Zelic, militante da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo, que expressam temas atuais, como o direito à história; as queimadas da Amazônia e suas consequências e a importância de mudar o mundo pela ação. Uma maneira de enfrentar essa conjuntura é transformar o “pessimismo da razão [e da sensibilidade], em otimismo da vontade.”

Homenageamos o militante da DS Gustavo Codas, que nos deixou recentemente e precocemente, destacando as contribuições de sua luta e trajetória para as tradições revolucionárias e interlocuções entre a esquerda socialista da América Latina. Apresentamos um texto introdutório e em seguida o último texto escrito por Gustavo sobre a conjuntura numa perspectiva latino-americana, publicado originalmente na coletânea coordenada por Matías Caciabue e Katu Arkonada, *Mas allá de los monstruos, entre lo viejo que no termina de morir*

*y lo nuevo que no termina de nacer* (UniRío Editora, 2019) e traduzido para o português por seu filho e também militante da DS, Iuri.

Segundo Gustavo, para organizar a luta política devemos retornar aos debates interrompidos no século XX e atualizá-los incorporando as experiências recentes da onda progressista latino-americana, “as chaves devem ser buscadas nas vias de construção de hegemonias políticas e nas transformações da forma de Estado característica do liberalismo, para formar maiorias capazes de defender um projeto transformador das estruturas econômico-sociais e desenvolver instrumentos de democracia direta capazes de representar uma superação dialética das instituições projetadas com uma matriz liberal.”

Juarez Guimarães contribuiu para essa edição relacionando os conceitos de liberdade e direitos humanos a partir de Marx, ao longo da história; justamente numa conjuntura onde os direitos humanos vêm sendo agressivamente atacados, como reflexão e princípio ético, tanto pelo neoliberalismo, quanto pelas linguagens políticas de tradição neofascistas. Segundo o autor, “parece ser fundamental neste contexto uma narrativa socialista democrática do processo histórico de formação, sentido e futuro dos direitos humanos. Em uma época na qual as correntes dominantes do liberalismo contemporâneo desertam ou se omitem em uma defesa plena e articulada dos direitos humanos, se as esquerdas não ocuparem este lugar, ele ficará vazio ou dramaticamente enfraquecido.”

Em novembro de 2019, será realizado em Cuba o Encontro Anti-imperialista, de Solidariedade, pela Democracia e contra o Neoliberalismo. Tica Moreno, integrante da MMM e da equipe da SOF, entrevistou a cubana Llanisca, integrante do Centro Martin Luther King e do capítulo cubano dos movimentos sociais integrante da Marcha Mundial das Mulheres em Cuba, durante um encontro da Jornada Continental em preparação para o Encontro.

A conversa com a companheira cubana contribuí, entre outras questões relevantes, para refletirmos sobre os desafios do socialismo em Cuba hoje, a partir do que é concreto e do que é simbólico; o socialismo como um processo de construção e disputa permanente; seu componente democrático e de participação popular como desafio e necessidade incontornável; sobre a importância da articulação internacional, para enfrentar o poder e controle das transnacionais e discutir e organizar a solidariedade nesse momento de ofensiva da direita tanto em relações aos governos alvos do imperialismo, quanto contra os povos e movimentos sociais em luta.

Incorporamos aos nossos debates um dos textos sobre o filme Bacurau, de autoria de Ricardo Musse, pesquisador e docente que circula entre os estudos de filosofia e de sociologia. Publicado inicialmente no sítio eletrônico *A terra é redonda* [[www.atterraeredonda.com.br](http://www.atterraeredonda.com.br)], aproveitamos para agradecer ao autor e ao portal - que reúne textos de intelectuais, acadêmicos e ativistas-, pela contribuição.

Em cartaz há quase dois meses nos cinemas de todo o país, o longa conta com um público de quase 1.000.000 de espectadores e uma longa lista de conversas e textos críticos produzidos sobre o mesmo. A trama gira em torno da resistência do povoado fictício de Pernambuco que empresta título ao filme. Transitando por gêneros como faroeste, o suspense e o terror, Bacurau é um filme sobre a situação do Brasil contemporâneo, olhando para o futuro. Para os diretores Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, o longa é sobre gente, sobre viver em sociedade, terror, violência e delicadeza.

Vamos ao debate.



como um país que não se esquece de  
seus mortos e seus vivos  
como um povo que resguarda a língua anterior  
às fronteiras  
porque são eles mesmos a língua.  
a língua é eles  
como tua capacidade de amar novas pessoas  
e reconhecer cheiros antigos  
e querê-los, porque assim respira mais.

como a dura revolta de nossos ossos,  
como as multidões que se levantam,  
tu tem direito à tua história.

HELENA  
ZELIC

POESIA  
CASSANDRA

HELENA ZELIC, poeta paulista, é formada em Letras, atua como comunicadora, ilustradora, escritora e militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres. É autora dos livros *Durante um terremoto* (Patuá, 2018) e *Constelações* (Patuá, 2016) e das plaquetas *3.255 km* (Nosotros, 2019) e *Caixa preta* (Primata, 2019).



nada é cortina de fumaça  
tudo é parte de um projeto

nada é cortina de fumaça  
exceto a cortina de fumaça

não metafórica

rápida em extinguir  
o céu provar um  
ponto cortar os  
truncos os direitos  
cabeças hortas  
lonas pretas passos

de pássaro janelas  
fechadas e não há  
máscaras não há  
fenda não há  
fuga

HELENA  
ZELIC

POESIA

POLÍTICA  
DE ANIQUILAÇÃO



Querido camarada Gustavo Codas

Você nos deixou cedo.

Do mesmo jeito que chegou.

De repente!

Sua grande presença permanece.

Exilado nos anos 1980, Gustavo Codas chegou a São Paulo depois de longa marcha desde a fronteira do Paraguai. Integrou-se à Democracia Socialista. Procurava a turma do Mandel, da IV Internacional. Desde então fez parte da nossa direção.

Militante incansável, envolveu-se ativa e cotidianamente na organização da classe trabalhadora em todos os espaços onde sua dedicação e seu coração revolucionário vislumbrava as possibilidades de luta e resistência. Dedicou-se à construção da CUT, do PT e, mais recentemente, à Fundação Perseu Abramo.

No movimento sindical, participou ativamente da CUT, do Sindicato dos Químicos de São Paulo e da criação da CUT pela Base, mais tarde continuada pela CSD (CUT Socialista e Democrática). Sempre em diálogo como os movimentos sociais urbanos e rurais, contribuiu com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com o processo da Assembléia dos Movimentos Sociais, com a organização e formação política de jovens, estudantes, sindicalistas, homens e mulheres que lembrarão sempre de seu engajamento em unir teoria e prática.

Dedicou-se à construção do Fórum Social Mundial, às lutas contra a ALCA, a aproximar a experiência da revolução liderada por Chávez à experiência brasileira, boliviana, equatoriana, uruguaia e cubana, lutas que marcaram as possibilidades de mudanças no continente. Latino-americano de espírito internacionalista.

Manteve atuação permanente na luta pela libertação do

povo paraguaio. Militou na resistência à ditadura de Stroessner no Paraguai. Com a eleição de Lugo Presidente do Paraguai, assumiu a direção paraguaia de Itaipu. Nessa condição participou da negociação do acordo com o Governo Lula que mudou a favor do povo paraguaio o uso de suas riquezas.

Para a militância da Democracia Socialista de diferentes gerações, Gustavo foi uma referência de pensamento crítico, internacionalismo, comprometimento com a formação política e a organização da classe trabalhadora. A capacidade de refletir sobre processos de disputa no presente, articulando elementos históricos, teóricos e geopolíticos, sempre foi uma marca de suas análises e intervenções profundamente comprometidas com a construção das condições para a mudança social. Gustavo sempre foi e será, na história da DS, nossa ligação com as tradições revolucionárias da América Latina.

Marxista intelectualmente inquieto, grande leitor, criativo, alegre, querido camarada!

Infelizmente perdemos um dos mais brilhantes revolucionários da nossa geração.

Nunca o esqueceremos.

CAMARADA GUSTAVO CODAS, SEMPRE COM  
A DEMOCRACIA SOCIALISTA!

*Democracia Socialista*

## GUSTAVO CODAS PAIXÃO E LUCIDEZ

Este artigo de Gustavo Coda, muito expressivo de sua identidade e de sua práxis, merece com certeza entrar para uma antologia de textos clássicos das tradições revolucionárias da América Latina.

Em primeiro lugar porque ele consegue inscrever o impasse hoje vivido dramaticamente pela esquerda brasileira na longa temporalidade do impasse da revolução socialista na América Latina desde o fracasso da expansão da estratégia revolucionária cubana para o continente – cujo principal personagem é Che Guevara – e a destruição da experiência do governo socialista democrático de Salvador Allende. Esta capacidade, maturada em décadas de reflexão e pesquisa, em contato e diálogo com as vanguardas revolucionárias latino-americanas, só foi possível porque Gustavo Coda nasceu, cresceu e viveu suas últimas esperanças no interior deste impasse. Não há como dissociar os seus sentimentos e a sua inteligência da memória de Allende após os golpes que derrubaram Lugo

no Paraguai e Dilma Roussef no Brasil: ele certamente foi o revolucionário latino-americano que mais viveu e sentiu, ao mesmo tempo, toda a dramaticidade destes golpes!

Esta narrativa de longa duração se revela capaz de perscrutar as linhas de força em movimento da conjuntura brasileira atual sob o título de “A longa marcha “gramscista” da extrema-direita” e “A longa contra-marcha “weberiana” da esquerda brasileira”, ou seja, o caminho da construção da força organizativa e política da extrema-direita na sociedade em contraste com o processo profundo de institucionalização das forças políticas da esquerda brasileira no Estado. A dialética da luta de classes está no comando: a vitória do golpe – neoliberais cedendo passo a forças neo-fascistas – representa a fraqueza hegemônica do liberalismo e a derrota da esquerda não representa a sua destruição, que se revela na força de raiz da liderança de Lula e no protagonismo da resistência. A ascensão da direita alimentou-se dos impasses profundos da estratégia revolucionária da esquerda, da sua incapacidade de transformar de forma democrático radical os fundamentos do Estado brasileiro, adaptando-se aos seus limites anti-republicanos e anti-democráticos.

Em segundo lugar porque o artigo revela bem o seu marxismo clássico ao enunciar, ao final, em coerência com todo o argumento, o desafio posto à nossa frente. Vale a pena repetir o belíssimo parágrafo de encerramento, que é quase mesmo um testamento de Gustavo Codas: “A democracia foi uma conquista das lutas populares e dos trabalhadores e trabalhadoras. Diante de seu impulso, o liberalismo, a burguesia e o imperialismo fizeram concessões – como a extensão do direito de voto – mas também colocaram limites e obstáculos ao exercício da soberania popular. Para reatar os laços entre democracia e socialismo ao disputar por dentro das instituições do Estado é necessário retomar a estratégia das revoluções democráticas como foi apontado por Salvador Allende. Devemos retornar aos debates interrompidos no século XX e

atualizá-los com as experiências recentes da onda progressista latino-americana”.

Em seu poema testamentário “O haver”, o poeta Vinícius de Moraes nos fala de sua disposição a “uma cólera cega diante de tanta injustiça” e, ao mesmo tempo, “uma visão muito ampla dos acontecimentos”. Este artigo de Gustavo Cotas é bem a expressão de sua lucidez e de sua paixão.



# A CONTRARREVOLUÇÃO NO BRASIL UMA APROXIMAÇÃO LATINO-AMERICANA

GUSTAVO CODAS

VERSÃO EM PORTUGUÊS: IURI CODAS

*“No Brasil, os liberais são fascistas de férias”*  
Alipio Freire, São Paulo, 1984

A recente eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil em outubro de 2018 se soma à de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016, no que parece indicar uma virada reacionária na conjuntura hemisférica e internacional. Neste artigo, a política brasileira é analisada a partir de uma perspectiva latino-americana. Sua conclusão é que, em um capitalismo em profunda transformação e crise, há um impasse de hegemonia neoliberal ao qual o grande capital responde com estratégias neofascistas. No Brasil isso resultou em uma crise do regime político fundado há trinta anos pela Constituinte de 1988. Isso é um sinal de fraqueza, não de força, da estratégia do capital. A depender da resposta das esquerdas.

O principal resultado político da eleição brasileira de 2018 não foi a derrota do PT. Seu candidato, Lula, não pôde assumir a nomeação porque uma manobra judicial o tirou da corrida, o colocou na prisão e, para impedi-lo de ajudar quem o substituiu, proibiu-o de dar declarações públicas durante

a campanha. De acordo com todas as pesquisas - todas! - se Lula tivesse sido o candidato, ele teria a melhor chance de ganhar a disputa. O PT foi estrategicamente derrotado em 2015-16, o que aconteceu em 2018 foi apenas o seu corolário político-eleitoral.

O resultado mais impactante foi a derrota das forças de centro e centro-direita do espectro político brasileiro que governaram a partir da transição democrática em meados da década de 1980 até o fim do ciclo neoliberal em 2002. Mais tarde, seu principal representante, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi derrotado quatro vezes pelo PT (duas vezes com Lula, 2002 e 2006, duas com Dilma, 2010 e 2014). Essas forças de centro-direita só alcançaram o comando da Nação graças ao golpe de Estado de 2016 que levou o então vice de Dilma, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para o poder em uma manobra liderada pelo PSDB para remover o PT do governo. A novidade agora é que até 2018 a extrema-direita tinha que se misturar no centro e centro-direita. Agora os conduz.

Quem acordou o monstro foram os direitistas moderados. Em 2010, o candidato do PSDB, José Serra, para tentar derrotar Dilma, agitou a agenda ultraconservadora contra o aborto. Ele não conseguiu. Em 2014, Aécio Neves, do mesmo partido, enfrentou a reeleição de Dilma denunciando-a como parte de uma organização criminoso e não de um partido político. Derrotado, primeiro procurou meios legais para ignorar o resultado. Então ele empurrou todos os tipos de boicotes para impedi-la de governar.

Houve uma quebra do pacto conduzido na transição democrática dos anos 1980. Pela primeira vez desde 1989, quando as eleições democráticas retornaram ao Brasil, as forças derrotadas não aceitaram o resultado. Eles ativaram o Judiciário, a Polícia Federal, a promotoria, o Congresso Nacional, a mídia de massa, as organizações patronais, que junto a manifestações de rua, primeiro bloquearam a capacidade de

ação do governo Dilma e em seguida deram um golpe de estado bem-sucedido manipulando a figura constitucional do “impeachment” (julgamento político).

O golpe foi possível porque em 2015-6 dois fatores foram combinados. Uma campanha destinada a desgastar o PT e seus líderes sob a acusação de corrupção. Começou em 2006 e veio aumentando. Mas a partir de 2014 chegou a um ponto de saturação com o que ficou conhecido como “Operação Lava Jato”, buscando atingir diretamente Lula. E apesar de não terem provas, condenaram-no com base em “convicções”.

O outro fator foi a desestabilização econômica causada por pressões dos capitais e por uma maioria reacionária formada na Câmara dos Deputados. No final de 2014, a tentativa de Dilma de aplacar o capital e a direita, nomeando um Chicago Boy como Ministro das Finanças, teve o efeito oposto: os encorajou a irem até o fim no que viam como próximo. E junto com a maioria da população que acabara de votar por ela, causou o colapso das expectativas. Haviam-na apoiado precisamente porque em seu mandato havia feito o oposto das receitas neoliberais – defendido o emprego, a saúde e educação públicas, as empresas estatais, a soberania nacional etc. Essa reversão causou uma queda na imagem da presidenta.

A derrota do PT ocorreu em 2015. Foi consumada no golpe de Estado de 2016 e resultou na prisão e impedimento da candidatura Lula em 2018. Houve uma mudança de regime político. Numa democracia em estado de exceção na prática, as forças democráticas populares não podiam ganhar as eleições a nível nacional. Houve ausência de estratégia por parte do PT e da esquerda capaz de enfrentar a ofensiva da direita.

O chamado “ciclo progressista” acabou no Brasil? Precisamos esclarecer a análise. Sob a superfície da normalidade do calendário eleitoral, houve uma crise do regime político. E essa crise levanta uma encruzilhada que foi expressa nas intenções de voto em Lula e Bolsonaro, com um setor expressivo

1. Guimarães, J. (2018) "Da resistência à luta pela refundação democrática do Brasil" in: Revista **Democracia Socialista**. Número 7. São Paulo. Disponível em: <http://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2018/09/revista7-web.pdf>

que, incapaz de votar pelo primeiro, votou no segundo, com a ideia de ser "o voto antissistema". Ganhou a extrema-direita, mas poderia ter ganho a esquerda. A primeira foi vitoriosa sem um projeto articulado ou previamente legitimado. O trará de fazer isso enquanto governa. O petista poderia ter ganhado com um projeto em impasse. É difícil prever o que ele teria feito na presidência e como.

Sobre os escombros do Estado fundado na transição democrática há trinta anos, a extrema-direita vitoriosa eleitoralmente está procurando promover uma constituinte *de facto*, sem participação popular. Eles procurariam transformar o regime brasileiro em um estado policial, sob o comando do ex-juiz Sergio Moro, o que seria suficiente para a sua cruzada contra a esquerda e os movimentos sociais, enquanto implementam seu programa econômico ultraliberal.

Sobre esse mesmo cenário em ruínas da República, o que Lula teria feito? Na plataforma preparada pelo partido para sua candidatura, sob sua supervisão, se afirmava que sua vitória abriria um processo constituinte<sup>1</sup>, com ampla participação popular, para a transformação democrática. De fato, sua vitória teria provocado um tumulto político-social e aberto um cenário de múltiplas possibilidades, para avançar numa revolução democrática - como proclamava seu programa desde a campanha de 1994 e cujo horizonte se perdeu com a gestão do governo depois de 2003. Com a derrota eleitoral das esquerdas lideradas pelo PT, a urgência política agora é outra: a resistência democrática e popular contra o neofascismo que se apossou de importantes casamatas do Estado brasileiro e cujo discurso ecoa em amplos setores da população, inclusive entre os pobres.

Neste artigo, primeiro analisamos a estratégia da extrema direita que foi vitoriosa. Depois, nos voltamos aos passos da esquerda desde que se preparou para a vitória da candidatura Lula em 2002 para entender seus principais impasses. Para finalmente discutir os desafios de uma contraofensiva progressista.

## A LONGA MARCHA “GRAMSCISTA” DA EXTREMA-DIREITA

A construção do bloco da extrema-direita brasileira, o bolsonarismo, embora tenha solavancos de sorte, é o resultado de uma longa construção que não havia sido corretamente detectada, embora desde 2013 já fizesse parte do cenário político nacional<sup>2</sup>.

Consiste na confluência das seguintes vertentes políticas: políticos e pastores evangélicos fundamentalistas (banca da “bíblia”); novos grupos de extrema-direita que, impulsionados por dinheiro de fundações ultraliberais dos EUA, ganharam espaços públicos desde a crise política de 2013; forças identificadas com agentes de segurança do Estado (banca da “bala”), que operam nas margens da lei, próximas a esquadrões da morte e alguns casos a “milícias” (policiais que disputam negócios ilegais com narcotraficantes); deputados e dirigentes empresariais do agronegócio capitalista (banca do “boi”); aos quais finalmente se juntaram os militares, na ativa e reserva, reivindicando uma narrativa nacional-patriótica das intervenções das forças armadas na política, nomeadamente durante a ditadura de 1964-1985.

Além desses setores, deve-se notar que em 2018 os CEOs de grandes empresas e banqueiros viram que era a extrema-direita quem poderia derrotar o PT, abandonaram o candidato do PSDB, um político de centro-direita, e se entusiasmararam a apoiar aquela candidatura com um forte argumento: só um “Pinochet” (isto é, Bolsonaro) poderia impulsionar o programa econômico que eles cobraram a aplicação (o que a indicação de Paulo Guedes como superministro de economia garantia a eles).

Sua coesão em torno de Bolsonaro vem da certeza de que juntos são capazes de derrotar o PT e o bloco das esquerdas e que com ele na presidência poderão impor os fundamentos de seu programa setorial.

2. Ver Velasco, S., A.Kaysel e G. Coda (org.) (2015) **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo. Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/direita-volver/>

Durante os anos de governos do PT (2003-2015) os fundamentalistas e o agronegócio tiveram momentos de aproximação com as administrações de Lula e Dilma. Houve acordos políticos em que o progressismo parcialmente assimilava as agendas desses setores em troca de dar-lhes governabilidade no Congresso Nacional ou apoio eleitoral. Mas a relação fundamental era tensa.

Os temas caros do fundamentalismo evangélico ganharam destaque no debate público, o que abriu as portas do inferno foi a já citada campanha presidencial de José Serra pelo PSDB em 2010. Serra moveu todo o cenário político para o moralismo cínico, onde o fundamentalismo faz sua oficina. Curiosamente, esse candidato era identificado com o setor mais progressista do PSDB...

Mas a política brasileira entrou em um novo ciclo com a eleição presidencial de outubro de 2014, quando Dilma conseguiu sua reeleição, por uma margem estreita, mas clara. O PSDB começou uma jornada sem precedentes sob a democracia. Primeiro acusou que houve fraude, pediu recontagem de votos. Em seguida, tentou que a Justiça Eleitoral não entregasse o certificado à vencedora. Finalmente, já sob o governo, se aliou a Eduardo Cunha, um político evangélico corrupto que capturou a presidência da Câmara dos Deputados, para bloquear todas as iniciativas do governo na legislatura e boicotar sua gestão econômica (mesmo quando o ministro Chicago Boy estava promovendo uma medida que também estava na agenda do PSDB).

Desde junho de 2013, as mobilizações que começaram com um tom popular - contra o aumento de passagens na cidade de São Paulo - degeneraram em pouco tempo e abertamente em ações massivas da direita, estimuladas pela imprensa e partidos de direita liderados pelo PSDB. Foi nesse caldo que ganharam destaque regional e nacional grupos de extrema-direita que estavam sendo trabalhados com recursos de fundações americanas.

O impulso final do Bolsonarismo viria, no entanto, de um setor que estava politicamente submerso - as Forças Armadas. Olhando para trás, podemos apontar para os seguintes momentos que levaram a essa mudança na posição política dos militares. Antes da primeira vitória de Lula, em 2002, Sergio Coutinho, general brasileiro aposentado, publicou um pequeno livro com o título de “A revolução gramscista no Ocidente. A concepção revolucionária de Antonio Gramsci nos Cadernos do Cárcere”<sup>3</sup>. A ideia que passa pelo livro é que o “comunismo” foi derrotado entre 1960 e 1990 no Brasil e no mundo. Mas ao contrário do que os vencedores acreditavam, o perigo só mudou de estratégia. Ele adotou o que eles chamam de “gramscismo”. Coutinho lê Gramsci em termos de estratégia militar de segurança nacional. Ele percebe que a mesma luta que os militares brasileiros haviam dado na “guerra de movimentos” anterior contra o comunismo internacional estava acontecendo agora em “trincheiras” de uma “guerra de posições” que eles não haviam percebido e estavam perdendo!

O “comunismo” em vez de atacar o Estado estava “ocupando trincheiras” nas salas de aula das universidades e escolas secundárias; na sexualidade e costumes; no relato da história nacional e na construção de uma noção de povo alheia à historiografia nacional-patriótica da oligarquia; no questionamento do direito à propriedade privada que resulta da ação dos movimentos dos Sem-Terra e Sem-Teto; na afirmação dos direitos das mulheres, da população afrodescendente, dos setores LGTBI e dos povos originários que conflitam com tradições cristãs e nacionais, entre outras “trincheiras” em disputa.

Mas durante toda a primeira parte dos dois governos Lula (2003-06, 2007-10) o presidente decidiu não interferir em assuntos militares. Foi só no segundo momento que as ações de Lula soaram o alarme. As duas primeiras provavelmente tiveram a ver com quando a partir do governo se pro-

3. Coutinho, S. (2002). **Revolução gramscista em Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. Estandarte. Versão disponível em <http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2017/02/Sergio-Augusto-de-Avellar-Coutinho-A-revolucao-gramscista-no-Ocidente-1.pdf>

moveu uma renovação total do pensamento militar brasileiro com a aprovação de uma nova Estratégia Nacional de Defesa, Política Nacional de Defesa e Livro Branco sobre Defesa (2008) em um contexto em que o Brasil estava determinado a construir o Conselho de Defesa da UNASUL e suas ferramentas - uma escola, uma doutrina, uma estratégia - para os doze países que a compunham sem a presença dos Estados Unidos, enquanto o executivo federal lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos (2009).

Isso coincide com o “retorno” do imperialismo norte-americano à região e a reaproximação entre os militares brasileiros e norte-americanos já sob o governo Obama. É a época em que os EUA reagem à sua perda de presença hegemônica frente a China e a Rússia. É quando a espionagem - denunciada por Snowden - contra o governo brasileiro e a Petrobras vem à tona. Acompanha uma aceleração das ações combinadas pela polícia federal, promotores e juízes nos EUA e no Brasil, que resultariam na operação “Lava Jato”.

Mas a mudança de atitude dos militares brasileiros virá definitivamente quando em seu último ano de governo Lula aprova a lei da verdade histórica (2010) e no início de seu governo Dilma instala a Comissão da Verdade que vai gerar relatórios sobre as violações dos direitos humanos durante a ditadura. É então, quando os militares percebem que o “comunismo” estava prestes a tomar “a última trincheira” que faltava, a legitimidade das Forças Armadas. Em desobediência aberta à hierarquia, houve vozes de militares de alta patente que questionaram a ação da Comissão e defenderam o legado dos governos militares. Bolsonaro - um deputado de segunda linha com baixa capacidade discursiva - se fez notar então com um discurso estridente de ataque à política de direitos humanos do governo e defendendo os torturadores militares.

Este “gramscismo” da extrema-direita é importante levar em conta porque ajuda a explicar a extensão da ofensi-

va que se dispõe a executar. Não se trata apenas de assumir a presidência e ter uma maioria parlamentar para aprovar leis e implementar políticas em sintonia com esta ou aquela agenda de assuntos econômicos, sociais ou políticos. O bolsonarismo pretende combater em todas as “trincheiras” contra um “inimigo” que dentro do país faz parte de uma conspiração mundial contra a civilização ocidental e cristã da qual o Brasil é parte e guardião.

Não é por ser ridícula que a fórmula seja menos potente na conjuntura brasileira. Ela tem ecos óbvios dos anos do auge da guerra fria em nossa região - os anos 60 e 70 do século passado - embora ainda haja peças faltando em seu quebra-cabeça. Quem seria o inimigo internacional, esse comunismo internacional revivido no século XXI, uma vez que a URSS terminou em 1991, e que o Partido Comunista Chinês lidera o polo mais dinâmico da economia capitalista internacional e o país que é o principal parceiro comercial e econômico do Brasil? Resposta: O Foro de São Paulo!, seria sua reencarnação... já que desde suas origens em 1990 até os anos 2000 tanto Fidel Castro quanto Lula tiveram um papel decisivo em sua liderança, isto é, permite-lhes - contra todas as evidências - projetar uma continuidade da guerra fria e táticas de “guerra de movimentos” aos tempos atuais de disputas eleitorais de governos que seriam batalhas de uma “guerra de posições”, mas no final, o mesmo confronto entre comunismo internacional e civilização ocidental e cristã.

Essa leitura “gramscista” faz com que eles deem uma primazia inusitada à Escola de Frankfurt e a um certo “marxismo cultural” que seriam os arietes com os que se conspira contra nossa civilização. Não por acaso o primeiro painel da recente Cúpula Conservadora das Américas, organizada por Bolsonaro e realizada em 8 de dezembro de 2018 em Foz do Iguaçu, Paraná, foi dedicado à “Cultura” e começou com um vídeo que tratava de organizar um relato começando naquela escola quase cem anos atrás.

Também os leva a dar um peso decisivo ao que chamam de “ideologia de gênero” e que consideram ser um dos principais combates que estão travando, uma vez que seria destinado a atacar a família cristã - e não importa que nenhum de seus cultuadores siga seus supostos valores, já que próprio do moralismo a dupla moral... Eles têm uma ojeriza especial a todo o “politicamente correto” já que costumam exibir um discurso homofóbico, machista, racista e xenófobo. Ao contrário do neoliberalismo da década de 1990, essa corrente se define como conservadora em termos de costumes - contra a libertação de mulheres e direitos LGBTI. E se aquele era “globalista”, esta recupera supostas raízes nacionais - como o cristianismo fundamentalista!

Em alguns casos países usam um falso nacionalismo comercial para manipular eleitoralmente os trabalhadores que ficaram desempregados como resultado da globalização neoliberal - sem tocar em nada na essência dessa estratégia, a livre circulação de capital e seus lucros. No Brasil, seu ministro da Economia, Paulo Guedes, um Chicago (Old) Boy (estudou na década de 1970 junto com os chilenos que serviram à ditadura de Pinochet), anunciou apenas aos empresários e em ambientes fechados um programa neoliberal radical.

No caso brasileiro, Bolsonaro foi beneficiado pela facada que sofreu de um perturbado mental um mês antes do primeiro turno eleitoral. Com isso ele justificou não se apresentar em nenhum debate. Ele não precisou responder a nenhuma questão controversa, mas onde estava satisfeito, isto é, em suas redes sociais e chats massivos com seus seguidores e setores previamente detectados como influenciáveis. Assim, o povo votou em um projeto ultra-neoliberal que não dizia seu nome ou seus objetivos e que apenas era exposto em ambientes fechados a empresários e especuladores financeiros, enquanto o eleitorado só recebia manipulações em torno de questões de corrupção, violência urbana, “ideologia de gênero”, gays, etc.

## A LONGA CONTRAMARCHA “WEBERIANA” DA ESQUERDA BRASILEIRA

Max Weber é um autor que há algum tempo cruzou as portas da bibliografia de interesse das esquerdas. Pois há uma observação que o autor fez no início do século XX em relação ao socialismo alemão - então chamado de “social-democracia”, antes que esse nome designasse o que é até hoje - que é de interesse para o estudo feito aqui. Weber afirmou que as explosões revolucionárias desse movimento político diminuiriam se ele fosse autorizado a ocupar espaços dentro do Estado alemão. É que como reflexo das leis antissocialistas do final do século anterior, ainda havia restrições quando ele escrevia estas linhas em meados da primeira década: “... *o ardor revolucionário estaria realmente em grave perigo... Veríamos então que a social-democracia nunca conquistaria permanentemente as cidades ou o Estado, mas, pelo contrário, o Estado controlaria o Partido Social-Democrata ...*”<sup>4</sup>

A ditadura militar-civil que ocupou o Estado brasileiro de 1964 a 1985 colocou fora da lei as esquerdas e forças progressistas. Quando a luta democrática cresceu ao longo da década de 1970 foi assumindo cada vez mais um caráter radical e social. Aliados mas não misturados, democratas “liberais” (abrigados no MDB) e os democratas “sociais” (no PT e outros partidos de esquerda e progressistas) disputaram a transição democrática quando a crise da ditadura se tornou evidente. Ganharam os primeiros em aliança com setores conservadores que haviam estado até a véspera no bloco ditatorial. Isso marcou a transição para uma democracia bastante controlada pelas Forças Armadas e algumas corporações estatais e restrições aos direitos democráticos em matéria de comunicação de massa e da função social da propriedade. Mas o impulso da luta democrática social que foi protagonizada pelas forças que criaram o PT (1980), a CUT (1983) e o MST (1985) e a reorganização dos partidos comunistas até então

4. Esta passagem está tanto em Mayer, J.P. (1985) **Max Weber e a política alemã**. Brasília, 1985: Ed. UnB, pág. 51 (ed. cast. 1966. Madrid: Instituto de Estudios Políticos) como em Negt, O. (1984). “*El Engels tardío y la fundamentación de la teoría marxista de la revolución*”. In: Revista **Crítica de la Economía Política - Edición Latinoamericana**. Número 20. Ciudad de México. Interessante notar que Weber faz essa observação antes que Rosa Luxemburgo, Lenin ou Trotsky advertissem esse grau de adaptação e submissão do socialismo alemão ao estado alemão.

clandestinos impuseram que na mesma transição os democratas liberais aceitassem incluir alguns direitos sociais - apesar da oposição de setores conservadores (conhecidos como o “centrão”) que arquitetaram a democracia “controlada”. Desta forma, o Congresso Constituinte que se reuniu entre 1986-88 foi retrógrado em alguns assuntos e progressista em outros.

Do ponto de vista estratégico da esquerda, no entanto, marcou uma virada importante. Se até 1986 se propunha uma estratégia de “ruptura democrática” com uma Assembleia Constituinte para superar a ditadura, a aprovação de 1988 da nova Constituição Federal, que o PT concordou em assinar, mas expressando críticas a suas partes retrógradas, envolveu fazer a disputa por dentro das instituições recém-criadas.

Lula, candidato do PT, perdeu 3 eleições (1989, 1994, 1998) antes de se tornar presidente pela disputa de 2002. O PT vinha da conquista de governos municipais de médias e grandes cidades e também de alguns governos de estados importantes. Mas a entrada no governo federal em 2003 foi um salto de quantidade em qualidade. Não apenas agora centenas de militantes deveriam assumir responsabilidades, como também deveriam administrar o Estado e promover a atualização de suas instituições. Quem governa quer governança. Quer aliados estáveis. Resultados. É reeleger o projeto. No cenário brasileiro isso levou o PT a alianças eleitorais e parlamentares além do progressismo, com setores de centro e centro-direita, que concordaram em seguir um programa de governo progressista em que, no entanto, o PT ia fazendo concessões aqui e ali as agendas desses setores retrógrados.

Desde que na década de 1970 o Partido Comunista Italiano (PCI) discutiu sua estratégia de “compromisso histórico” para governar - o que acabou não acontecendo - o problema foi apresentado. E o questionamento que Norberto Bobbio fez na época aos intelectuais do PCI continua em vigor hoje para aqueles que pensam em uma estratégia de es-

querda dentro das instituições do Estado e não “contra” aquelas instituições: “existe uma teoria política marxista?”, ou dito de outro modo, é possível ganhar espaços institucionais através de eleições sem perder o objetivo revolucionário, a superação do capitalismo, como?<sup>5</sup>

Ao longo dos governos petistas houve uma mudança no contexto político geral. Como dito anteriormente, parece claro que o imperialismo reagiu à grande crise de 2008 e à sua perda de espaços hegemônicos contra a China com uma estratégia agressiva redobrada. O governo progressista brasileiro, no entanto, não fez mudanças significativas. Boa parte das medidas judiciais e policiais que foram usadas contra seus líderes foram o resultado de iniciativas legislativas ou administrativas de áreas de seu governo. Várias, inclusive em articulação com contrapartes dos EUA e as novas doutrinas para o combate à corrupção na política, o crime organizado, a lavagem de dinheiro, o terrorismo, etc. Acreditando construir instituições republicanas se estava construindo o cerco à sua gestão, os prolegômenos do golpe de Estado de 2016.

O compromisso com as instituições era tal que, quando estas foram manipuladas, as forças progressistas não conseguiram reagir. O golpe de Estado foi realizado abastardando as “regras do jogo” que haviam sido legitimadas por quatro eleições presidenciais vitoriosas e as respectivas administrações que se seguiram.

Mas a última foi interrompida. As forças em complô haviam estabelecido um estado de exceção dentro do estado de normalidade democrática. Eles usaram leis aprovadas com o apoio dos governos do PT. Juízes indicados por esse partido. Meios de comunicação de massas financiados pela publicidade oficial administrada por esse partido. Manipularam casos de corrupção ligados ao financiamento de toda a política brasileira para fazer parecer que era um “mecanismo” (como foi consagrado na série da Netflix) inventado pelo PT e de seu uso exclusivo.

5. Para esse debate ver AA.VV. (1977). **El marxismo y el Estado**. Barcelona: Ed. Avance.

6. Kautsky, K. (1910) **El camino del poder**. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1909/1909-caminopoder-kautsky.pdf>.

7. Ver análise em Prado, E. (2014). **O mau humor do “mercado”**. Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/2014/04/17/o-mau-humor-do-mercado/>.

8. Para uma visão crítica dessa decisão de Dilma desde um ponto de vista marxista, de quem foi alto funcionário da área econômica nos governos petistas, ver Augustin, A. (2016) “Os fatos são teimosos”, em Revista **Democracia Socialista**, Número 4, Dezembro. Disponível em: <http://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Revista-DS4-web-2.pdf>.

Se Kautsky, nos debates estratégicos da social-democracia alemã no início do século anterior previa um “cerco” ao poder burguês pelo partido proletário<sup>6</sup>, o que havia no Brasil foi seu oposto. Um cerco de forças conservadoras e reacionárias à presidência petista.

O mesmo aconteceu no campo econômico. A crise capitalista internacional de 2008 foi subestimada pelo governo do PT. Ele promoveu medidas anticíclicas que pareciam funcionar e logo voltou ao crescimento. Mas as contradições foram se acumulando. Em 2012-13 já estava claro que havia algo como uma “greve de investimento privado”, que era a resposta burguesa às baixas taxas de lucro<sup>7</sup>. Desde então, o governo Dilma fez grandes esforços fiscais para tentar que os investimentos e o crescimento voltassem. Caminhou-se rumo à estagnação. Ainda em outubro de 2014, o país vivenciava a sua menor taxa de desemprego na história registrada pelas estatísticas. A decisão trágica foi a virada da política econômica - uma concessão à chantagem do grande capital - impulsionada no início do segundo governo Dilma por um ministro que, aliás, retornou como alto funcionário do governo Bolsonaro (presidente do banco de desenvolvimento BNDES)<sup>8</sup>.

Em 2005, o PSDB hesitou em promover a destituição do presidente Lula, que foi atacado por um caso de corrupção conhecido como “Mensalão”, porque segundo confessou Fernando Henrique Cardoso tinham medo de qual seria a reação popular. Em 2016 não foi preciso ter medo porque a política econômica de 2015 havia desconectado a maioria que a elegera da gestão da presidente Dilma e os setores de classe média, fomentados por forças reacionárias, haviam tomado as ruas com manifestações de massa contra o PT.

Papel chave também teve o destino das assim chamadas “classes médias”. Foram o ariete contra o PT. Sensíveis ao discurso e à dupla moral anticorrupção, foram centro dinamizador do antipetismo. Se prestaram ao papel em meio a uma crise de identidade devido à chegada de grandes contingentes

de trabalhadores que graças às políticas dos governos petistas estavam acessando ao típico consumo da classe média<sup>9</sup>.

Para ampliar o problema, os governos petistas em determinado momento adotaram como narrativa o horizonte da transformação do Brasil em uma “sociedade de classe média”, que já estaria em curso<sup>10</sup>. O sujeito político da transformação foi dissolvido em uma multidão de consumidores ávidos por empréstimos baratos e vendas parceladas. Assim, não apenas o desconforto das antigas classes médias foi cultivado, mas também daqueles que, sem o ser, se consideravam como tais. As pesquisas da opinião pública em 2013-14 davam conta do surgimento de novas contradições dentro do povo, de tal forma que os beneficiários de algumas políticas sociais eram críticos dos beneficiários dos outros - sempre com a ideia de que cada um devia sua ascensão social ao seu esforço e a Deus, enquanto havia muitos “proveitadores” do dinheiro do Estado.

## DESAFIOS ESTRATÉGICOS LATINO-AMERICANOS

O debate estratégico das esquerdas revolucionárias no século XX oscilou entre insurreições (o caso russo), guerra popular prolongada (as vias chinesa e vietnamita) e a guerra de guerrilhas (exemplos cubano e nicaraguense). As experiências eleitorais da social-democracia europeia não se qualificaram nesse debate porque renunciaram à superação do capitalismo econômico e do liberalismo político.

As experiências eleitorais da esquerda na América Latina não foram objeto de um debate estratégico. O caso que foi mais longe foi o Chile em 1970-73, onde uma coalizão, a Unidade Popular, venceu as eleições presidenciais e continuou a aumentar seu apoio eleitoral mais tarde, com um programa de caminho chileno para o socialismo. A tragédia chilena de 1973 bloqueou uma discussão mais aprofundada da estratégia seguida e por seguir. Quando a crise econômico política eclodiu em 1972-73, atormentada pela pressão do imperialismo norte-a-

9. Ver comentários sobre o tema das classes médias nos processos de transformação feitos pelo líder da esquerda filipina Walden Bello, baseado no caso chileno em 1972-3; neste discurso de 2008, quando recebeu um prêmio por seu trabalho como pesquisador social. <http://www.sinpermiso.info/textos/desafios-y-dilemas-del-intelectual-pblico>.

10. Para uma crítica do uso do conceito de classes médias para o fenômeno que estava em curso sob os governos do PT ver Pochmann, M. (2014) **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

11. Há um certo paralelo com a decisão do presidente Nicolás Maduro de convocar em 2017 eleições para uma Assembleia Constituinte para que o povo, por meio de seus deputados constituintes, decidisse o rumo a ser seguido pela Venezuela. Foi uma resposta a um cenário político que anunciava uma guerra civil com intervenção estrangeira, fruto do confronto interno pela direita violenta, as pressões econômicas e políticas externas do imperialismo dos EUA e as dificuldades da gestão econômica do governo.

12. Mandel, E. (1978) **Crítica del eurocomunismo**. Barcelona: Ed. Fontamara. Ver especialmente o capítulo IX "Estrategia del eurocomunismo" sobre os limites do pensamento de Kautsky e sua repetição eurocomunista.

13. Inventários de conquistas, de derrotas e/ou desvios supostos ou reais existem aos montes, mas com essa contabilidade não se constrói um pensamento estratégico. Entre as poucas iniciativas de sistematização está a obra de Álvaro García Linera, que como vice-presidente mantém um perfil intelectual com pensamento (auto)crítico. Ver, por exemplo, Linera, A.G. (2016) **¿Fin de ciclo progresista o proceso por oleadas revolucionarias?** Disponible en [https://www.viceministerio.gob.bo/IMG/pdf/fin\\_de\\_ciclo-2.pdf](https://www.viceministerio.gob.bo/IMG/pdf/fin_de_ciclo-2.pdf) Em igual sentido ver também o livro de Klachko, P. y K. Arkonada (2017) **Desde abajo, desde arriba. De la resistencia a los gobiernos populares: escenarios y horizontes del cambio de época en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo. Disponible en <http://minci.gob.ve/wp-content/uploads/2018/07/Desde-abajo-desde-arriba-baja-.pdf>

americano e das oligarquias locais que manipulavam os setores médios da sociedade, Allende havia proposto dar uma saída democrática à situação, convocando o povo para decidir sobre sua continuidade ou não. Os golpistas se anteciparam pelo medo óbvio de que Allende pudesse sair mais forte dessa consulta<sup>11</sup>.

Havia a grosso modo duas interpretações da derrota e ambas limitaram o legado allendista. Aquela feita pelo eurocomunismo que finalmente apontou seguir o mesmo caminho que a social-democracia europeia<sup>12</sup>. A que fizeram as forças revolucionárias de que a crise devia ter sido resolvida com uma saída por alguma das três vias estratégicas antes mencionadas. Ambas as interpretações na verdade reforçam o impasse.

Na recente onda progressista que vem sendo posta em questão desde 2015, tem havido importantes lições que não foram objeto de sistematização<sup>13</sup>.

Em grande parte do debate sobre o balanço crítico da experiência dos governos petistas, argumenta-se que eles decidiram não fazer as mudanças estruturais que superassem o capitalismo periférico - com seus componentes dependentes, rentistas, extrativistas, concentradores de renda e riqueza, etc. Mas o que se trata é que eles não fizeram progressos na forma de Estado capaz de expressar politicamente a disputa de poder entre os projetos.

Diante da crise política causada pelas manifestações de massa em junho de 2013, a presidenta Dilma respondeu corretamente com uma proposta de abrir um processo constituinte para uma reforma do sistema político. Quem liderou a oposição à proposta foi seu vice-presidente, o mesmo que liderou o golpe em 2016. Em 2014, o governo Dilma aprovou por decreto presidencial o sistema de consultas populares na forma de Conferências Setoriais, instâncias que já existiam, mas não estavam articuladas. As forças de centro e centro-direita no Congresso - mesmo aquelas que participavam do governo - reagiram com a mesma ferocidade como se um regime soviético tivesse sido aprovado.

Apenas muito marginalmente a onda progressista afetou a estrutura do Estado<sup>14</sup> e até mesmo as formas de fazer política. As estreitas relações entre democracia e socialismo estão na origem da tradição democrática fundada pela Revolução Francesa e nas que se seguiram no século XIX<sup>15</sup>. A derrota da revolução alemã de 1918-19 nas mãos da direita social-democrata<sup>16</sup> aliada à extrema-direita impediu que a questão fosse colocada em um país do “Ocidente”, deixando as revoluções circunscritas ao “Oriente” (para usar os termos gramscianos).

As experiências políticas das forças de esquerda e progressistas baseadas no governo que se desenvolveram na América Latina desde a vitória da candidatura presidencial de Hugo Chávez no final de 1998 são um importante laboratório para retornar a esses debates estratégicos.

As chaves devem ser buscadas nas vias de construção de hegemonias políticas e nas transformações da forma de Estado característica do liberalismo, para formar maiorias capazes de defender um projeto transformador das estruturas econômico-sociais e desenvolver instrumentos de democracia direta capazes de representar uma superação dialética das instituições projetadas com uma matriz liberal. Em ambos os assuntos, as experiências enfrentaram impasses e frustrações. Mas a matéria-prima fundamental está disponível, um povo que desfrutou de melhores condições de vida e de trabalho, desde que tenha memória. Disposto a defender as conquistas e resistir às agressões da direita.

A democracia foi uma conquista das lutas populares e dos trabalhadores e trabalhadoras. Diante de seu impulso o liberalismo, a burguesia e o imperialismo fizeram concessões - como a extensão do direito de voto -, mas também colocaram limites e obstáculos ao exercício da soberania popular. Para reatar os laços entre democracia e socialismo ao disputar por dentro das instituições do Estado é necessário retomar a estratégia das revoluções democráticas como foi

14. O ensaio mais ousado foi a aprovação das Comunas como parte da estrutura do Estado na Venezuela. Mas a verdade é que elas nunca tiveram plenos poderes, mesmo em nível local.

15. Rosenberg, A. (1981). **Democracia y socialismo. Historia política de los últimos ciento cincuenta años 1789-1937**. México: Cuadernos Pasado y Presente.

16. Haffner, S. (2005) **La revolución alemana de 1918-1919**. Madrid: Inédita editores. Disponível em [http://lib1.org/\\_ads/](http://lib1.org/_ads/)

apontada por Salvador Allende. Devemos retornar aos debates interrompidos no século XX e atualizá-los com as experiências recentes da onda progressista latino-americana.

ontem mataram um menino na favela do moinho  
a frase ainda ecoa nos ouvidos  
zumbido de tiro  
já acabou mas apita, permanente  
nas madrugadas sem silêncio,

ontem mataram um menino na favela do moinho.  
não quero saber das aliteraões presentes na frase  
a poesia diz mas nunca é suficiente  
diante da velocidade do revólver.

o poema não traz o menino de volta para sua mãe  
o poema não elimina a guerra aos pobres  
não alcança o pequeno corpinho  
antes do sumiço na kombi branca.

o poema, milesimal, não compreende sozinho  
a junção das mãos  
mas o poema ecoa uma fúria rasgada  
de quem olha para o lado  
e queria ter mais tempo.  
o poema, ele vai  
interminável.

HELENA  
ZELIC

# CHAMADO À AÇÃO

POESIA



# MARX, A LIBERDADE E OS DIREITOS HUMANOS: EM TORNO A UM DESAFIO CENTRAL DAS ESQUERDAS

JUAREZ GUIMARÃES

*Ao companheiro Paulo Vannuchi*

**D**uas linguagens políticas agressivamente contrárias aos direitos humanos têm mostrado um grande protagonismo na cena contemporânea das democracias liberais no plano internacional e, de forma dramática, na América Latina. O destino dos direitos humanos, fundamento de civilização construído na comunidade internacional após a Segunda Guerra Mundial, nunca experimentou tão grave risco desde a ascensão do nazi-fascismo.

A primeira destas linguagens políticas – o neoliberalismo, em suas diversas correntes – teria entrado em seu terceiro período de desenvolvimento após a grande recessão de 2008, acentuando as suas características anti-democráticas. Se o final dos anos setenta, com a ascensão de Reagan e Thatcher aos governos dos EUA e da Inglaterra, marcou um período de alçada do programa neoliberal ao centro da agenda internacional; se os anos noventa foram os anos da chamada Terceira Via e de forte pressão sobre a identidade e o programa dos

JUAREZ GUIMARÃES é doutor em Ciências Sociais e professor da UFMG. Pesquisa principalmente nas áreas de teoria política, com ênfase nas tradições republicanas; marxistas, feministas e antirracistas, na área de pensamento político e social brasileiro, além de políticas públicas relacionadas aos Estados do Bem-Estar Social.

trabalhismos e sociais-democracias, vários estudiosos da ciência política têm chamado atenção para processos neoliberais de desconstitucionalização não democráticos, para a erosão da esfera pública e da cultura democrática, para a alteração profunda dos regimes de regulação e pactuação de direitos. No plano internacional, dinâmicas antes associadas a processos coloniais têm retornado com força.

A segunda destas linguagens políticas – de tradições neo-fascistas – têm sido estudadas pelo professor de História Moderna em Oxford Brookes, Roger Griffin, autor de uma série de livros de análise clássica e contemporânea deste fenômeno. De acordo com Griffin, ao definir o nazismo e fascismo como fenômenos políticos passados no século XX, a partir de suas características históricas singulares e irrepetíveis, os analistas não conseguem identificar suas novas ocorrências no século XXI. Como uma tradição inscrita na Modernidade que se organiza a partir de um programa de palingênese - a superação da crise de uma dada sociedade a partir da eliminação de sua parte podre ou doente concebida por um viés nacionalista, misógino ou racista -, a tradição fascista, através de grupos e partidos de extrema-direita, teria proliferado e crescido na cena política contemporânea.

Neoliberalismo e fascismo são tradições políticas tão distintas como o são o Estado norte-americano e o Estado alemão sob a época do nazismo. Mas há decerto relações entre estes fenômenos: sociedades de crescente desigualdade e apartação social são mais receptivas às culturas da violência, do ódio e da execração; a jurisprudência de inspiração neoliberal, como na Suprema Corte norte-americana, tem produzido uma nova interpretação da liberdade de expressão, descriminalizando o chamado “hate speech”; em suas cruzadas contra as esquerdas e os direitos sociais, neoliberalismo e neo-fascismo têm convergido em frentes políticas, como é o caso da coalizão de poder em torno do governo Bolsonaro no Brasil.

Apesar de genética, a relação entre as esquerdas, os movimentos sociais e os direitos humanos – como bem documenta o belo livro “Forjando a democracia. A história da Esquerda na Europa”, de Geoff Elley –, ainda é incerta, senão adversa, com paradigmas ainda fortes na cultura da esquerda contemporânea. Segundo esta interpretação, o próprio Marx, em várias passagens, teria feito a crítica aos direitos humanos tratados como direitos burgueses, que seriam incompatíveis com uma visão orientada pelo cânone do materialismo histórico. Enquanto a linguagem classista de Marx desautorizaria um viés universalista, a centralidade conferida às dinâmicas econômicas do capitalismo seria oposta à linguagem jurídica, tão típica da defesa dos direitos humanos. Segundo esta linha de pensamento, a defesa dos direitos humanos para a esquerda deveria não ser programática mas sempre condicionada e instrumental às necessidades da luta de classes.

Este artigo pretende oferecer um argumento sistemático e documentado que refuta estas ideias correntes, principalmente nas esquerdas de tradição marxista dogmática, sobre o caráter não programático da defesa dos direitos humanos. Ele se divide em quatro partes. A primeira mostra como a disputa sobre os direitos humanos está centralmente vinculada a uma grande disputa sobre o que é a liberdade na Modernidade. A segunda parte evidencia a origem dos desencontros entre as leituras dominantes da obra de Marx e uma defesa dos direitos humanos. A terceira procura dialogar com uma bibliografia recente que revê paradigmas dominantes de interpretação, mostrando como a obra e a práxis política de Marx contra o liberalismo dominante no século XIX organizam uma grande defesa dos direitos humanos, muito semelhante ao que veio a se consagrar no paradigma, atualmente vigente na ONU, de direitos humanos. A quarta parte se conclui apontando as razões fundamentais para que as esquerdas e os movimentos sociais nas conjunturas dramáticas atualmente vivenciadas defendam e

atualizem a defesa dos direitos humanos no centro de sua práxis política.

## LIBERDADE E DIREITOS HUMANOS

Tem sido central nas últimas décadas e cada vez mais importante na filosofia política, envolvendo intelectuais centrais nas principais universidades do mundo, o debate que se trava na filosofia política sobre a história, o sentido e o futuro da liberdade.

Este debate tem se questionado sobre a origem histórica da liberdade, refutando o paradigma que a vincula de forma unilateral e exclusiva à formação da tradição liberal. Historiadores da filosofia já bem documentaram, nas últimas cinco décadas, que antes da tradição liberal havia uma tradição republicana de liberdade que, atualizada no humanismo renascentista, teria marcado presença central nas revoluções inglesa do século XVII e nas revoluções norte-americana e francesa do século XVIII. Esta tradição cultivava o ideal da vida política ativa, a legitimidade da origem ascendente do poder, a necessidade de corpos políticos livres para se construir um ideal cívico de liberdade, apontava a república como a forma mais política mais apropriada para se desenvolver o interesse público.

Nesta tradição do republicanismo, em particular em seu desenvolvimento histórico democrático, acolhendo os direitos também das mulheres e dos negros, a liberdade entendida como autonomia foi desde o início vinculada à inexistência de desigualdades estruturais entre os cidadãos. Isto é, a existência de um vínculo de dependência ou de dominação entre os cidadãos, construído a partir de uma desigualdade estrutural, tornava a própria liberdade como autonomia impossível de ser vivida. Nesta linguagem política, o próprio princípio da propriedade era pensado a partir de uma distribuição igualitária da terra e das riquezas ou, pelo

menos, de tal modo a não possibilitar que fosse a origem de concentração de poder e de dominação.

Nesta tradição, formou-se um forte princípio de conexão entre a noção de soberania popular e a formação dos direitos públicos de cidadania. A ideia mesma de um Estado-Providência já está, em alguma medida, formulada na obra do republicano Thomas Paine, “Os direitos do Homem”, de 1791. Um princípio firme deveria atar a liberdade soberana de um povo ao direito individual de um cidadão, e, depois, de uma cidadã: não deveria haver entre os cidadãos uma assimetria de direitos e deveres.

Nesta tradição foi que se formou, em primeiro lugar, a noção de uma federação mundial de repúblicas, a partir de um direito cosmopolita dos povos, criando um paradigma de paz para a humanidade. Em sua formação como republicanismo democrático, desde Harrington à Rousseau, esta tradição republicana desconfiava dos poderes imperiais de conquista, em geral assimilados a regimes principescos ou despóticos.

A partir deste trabalho histórico de pesquisa, complexificando a própria noção de Modernidade, abrindo espaço para uma história da formação dos direitos, estreitamente vinculada à luta dos povos – dos setores pauperizados, dos trabalhadores, dos negros, das mulheres, dos colonizados -, esta tradição do republicanismo tem oferecido uma larga agenda de críticas, polêmicas e alternativas ao modo neoliberal de pensar a liberdade.

Como se sabe, as campanhas eleitorais vitoriosas de Ronald Reagan e Margareth Thatcher no fim dos anos setenta foram já marcadas por um discurso dramático em defesa da liberdade, que estaria ameaçada pelos avanços contínuos das políticas do Estado do Bem-Estar Social. Esta reinterpretação do conceito de liberdade, em guerra não apenas contra a esquerda mas também com o chamado liberalismo social ou keynesiano, evocava as teses de Hayeck em seu “Os caminhos da servidão”, de 1942. Os historiadores da formação do neo-

liberalismo já escreveram a história de sua gênese até ir ao centro, com o seminário Walter Lipmann em 1939 e a formação da “Sociedade Mont Pellèrin”, com seus think tanks cada vez mais orgânicos aos grandes poderes do capital financeiro e dos Estados centrais do capitalismo nas décadas seguintes.

Uma crítica geral e radical de Hayek aos direitos humanos, coerente com sua teoria da liberdade, pode ser bem ilustrada em um artigo intitulado “Justice and Individual Rights”, publicado em uma revista norueguesa em 1966 e depois reproduzido no capítulo do segundo volume de sua obra “Law, Legislation and Liberty”. O argumento de Hayek é que a efetivação do direito de um leva inevitavelmente à correspondente obrigação de outros, opondo os “direitos proclamados “aos “direitos da liberdade”. Chega mesmo a ridicularizar a Declaração universal dos Direitos Humanos; “a ideia de um “direito universal” que garante ao camponês, ao esquimó, e quem sabe ao Abominável Homem das Neves o direito a “um descanso periódico remunerado” mostra como ela é absurda”.

Este novo conceito de liberdade incidiu sobre três dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, a relação da liberdade com a igualdade: a primeira se autonomizou em relação à segunda, sendo definida como o “espaço livre da não intervenção estatal”. Seria possível e desejável agora viver cada vez mais livre em um mundo cada vez mais desigual.

A segunda dimensão foi a cisão entre o princípio da liberdade e o princípio da democracia ou da soberania popular. A liberdade se realizaria fundamentalmente no mundo privado dos indivíduos, gerando-se em consequência uma agressiva linguagem de ataque a tudo que é público.

Por fim, autonomizada da igualdade, centrada na vida privada, a liberdade ganhou um ethos mercantil e proprietarista, opondo-se a toda forma de solidariedade ou cultura da fraternidade. A liberdade passou a ser definida, nesta linguagem política, não como um valor comum mas como uma

conquista de uma vontade mercantil e concorrencial, acumuladora e egoica.

O neoliberalismo, enfim, não seria nem mesmo um retorno ao primeiro liberalismo clássico. Mais do que prescrever um Estado mínimo ou limitar o campo de intervenção do Estado, ele proporia uma refundação do Estado. O ordoliberalismo apontaria o caminho de um estado forte capaz de ser garantidor do livre fluxo mercantil, sem interferências exógenas. O liberalismo da Escola de Chicago, mais além, proporia reformar todas as relações políticas e até as relações sociais ao critério estrito do ethos mercantil. As próprias pessoas passariam a ser identificadas por seu capital social, isto é, à capacidade de realizar renda e riqueza no mercado.

Ao cortar os vínculos da liberdade com a igualdade, o sentido público da democracia e o valor fundamental da solidariedade, este novo projeto liberal se tornaria o maior inimigo contemporâneo da própria ideia de direitos humanos universais.

## MARX E DIREITOS HUMANOS: RAÍZES DE UM DESENCONTRO

A crítica da incompatibilidade entre a obra de Marx e os direitos humanos atinge o coração da sua teoria da emancipação, a sua relação com as revoluções que formaram a Modernidade, em particular a Revolução Francesa, e implicam centralmente a sua atribuída auto compreensão como uma teoria materialista e dialética da história, que seria contraditória com o caráter idealista ou jurídico, pretensamente universalista, da própria noção de direitos humanos.

Se incompatível com a noção mais geral de direitos humanos, a obra de Marx não conseguiria sustentar coerentemente os chamados direitos políticos e os chamados direitos civis que formam o núcleo do princípio do pluralismo e da proteção dos direitos do indivíduo perante a potência coerci-

tiva do Estado. Nesta linguagem analítica dos direitos humanos, a obra de Marx seria incompatível com a própria noção de liberdade política ou, na linguagem de Marshall em “Cidadania, status e classes sociais”, com as duas primeiras ondas de geração histórica dos direitos. A concentração unilateral e central de Marx na esfera dos direitos do trabalho ou nos chamados direitos sociais, em um viés classista, levaria, além disso, a uma teórica e histórica secundarização dos direitos feministas, anti-racistas e anti-coloniais:

A atribuição à obra de Marx de uma filosofia da história (a construção de uma narrativa apriorística e finalista ou teleológica), de uma ciência da história (a presunção de descobrir as leis imanentes que governam a história) ou de uma teoria da história (a defesa de um método invariante e geral para entender a mudança histórica) associa-se a uma visão unilinear e evolucionista com base nas sucessão dos modos de produção. Nesta grande narrativa, as revoluções inglesa, francesa e norte-americana, inseridas no movimento geral de ideias que se chama de Iluminismo, são caracterizadas como burguesas e associadas univocamente ao nascimento do liberalismo. A linguagem do livre contrato e dos direitos humanos forneceriam, nesta macro narrativa, a legitimação da ordem mercantil burguesa, mistificando uma igualdade jurídica por sobre uma violência e exploração estrutural sobre as classes trabalhadoras.

Por sua vez, a linguagem política da luta de classes e das classes sociais não se ajustaria à concepção individualista e universalista dos direitos humanos. A centralidade analítica se deslocaria para as relações de produção e as forças produtivas, para as dinâmicas de valorização e reprodução do capital, das quais se derivariam, mediata ou imediatamente, a própria esfera dos direitos juridificados. A ilusão de uma pretensa validação universal dos direitos só ganharia um sentido real em uma sociedade sem classes, quando a própria noção individualista de direitos perderia sentido.

O caráter particularmente convincente desta crítica à incompatibilidade de fundamentos entre a obra de Marx e a ideia geral de direitos humanos historicamente se fez dominante e quase incontestada <sup>pela</sup> convergência entre as rupturas operadas pela cultura do estalinismo entre marxismo e direitos humanos e as críticas desencadeadas pelo liberalismo à obra de Marx no período da chamada “guerra fria”. Os Estados autodenominados socialistas no século XX, e que reclamavam a herança de Marx, apresentaram em geral um padrão generalizado de violação dos direitos humanos, em particular dos chamados direitos civis e políticos, mas também feministas, racialistas e colonialistas. Se localizamos em 1968 o princípio histórico de um processo massivo de re-ligação das forças políticas inspiradas no marxismo com o princípio da liberdade e dos direitos humanos, o paradigma estalinista ou matrizes de rupturas parciais ou incompletas com ele mantiveram-se ainda centrais na cultura marxista nas décadas seguintes. No século XXI, embora com menor capacidade de polarização cultural do que aquela construída pelo PCURSS, a China se manteria como prova histórica da incompatibilidade entre os fundamentos da obra de Marx e os direitos humanos para uma crítica liberal clássica.

A crítica desta ruptura entre marxismo e direitos humanos poderia ser fixada no seguinte quadro de oposições:

A separação entre princípio da liberdade e princípio da igualdade, isto é, a justificação de formas autocráticas de domínio político em nome da busca da igualdade social, levou a uma cisão no entendimento do caráter integrativo e mutuamente configurado dos direitos humanos;

A justificação de formas autocráticas de domínio em nome da transição ao socialismo levou a fortes violações dos princípios republicanos democráticos, como o da soberania popular, do fundamento constitucional democrático, da liberdade de organização de partidos;

A abordagem classista dos direitos, para além da sua legítima e justificada crítica ao modo como a tradição liberal os abordava, de uma forma também classista e seletiva, levou à perda de uma perspectiva universalista dos direitos, isto é, não haveria direitos para aqueles considerados “burgueses” ou, em uma fórmula elástica, relacionados aos burgueses;

A ausência de um fundamento jurídico constitucional democrático levou a uma perspectiva utilitarista e pragmática do direito, perdendo a noção de devido processo legal, isto é, a garantia de direitos civis básicos de uma pessoa submetida à investigação ou acusação criminal;

A ausência da necessidade de uma fundamentação democrática e republicana do Estado socialista levou a uma cultura de apologia da violência revolucionária, em nome de um realismo revolucionário, operando com uma estrita separação entre direito à revolução e direitos humanos;

A neutralização dos direitos feministas, em nome da alegada prioridade ou centralidade da dimensão classista, levou à reprodução de culturas patriarcais, de reprodução da opressão dos direitos da mulher;

A fixação no princípio igualitarista sem o seu fundamento de liberdade operou no sentido de um viés anti-pluralista no campo da liberdade de expressão e de imposição de padrões culturais e de modos de vida, coibindo ou travando a expansão de uma cultura dos direitos à diferença e à diversidade;

A adoção de uma cultura crassamente materialista e de uma crítica superficial ao fenómeno religioso levou a uma cultura de repressão da liberdade de crença e à opressão de culturas religiosas, sem relação direta com a formação de uma cultura da liberdade;

A legitimação nacionalista de poderes autocráticos levou a uma cultura refratária a um princípio coerente de auto-determinação dos povos e da paz como horizonte da formação do direito internacional;

Todas estas contradições ou antinomias entre marxismo e cultura dos direitos humanos levariam a uma defesa meramente instrumental ou contingente, de toda forma inconsistente, por parte dos marxistas em relação às lutas pelos direitos no interior do capitalismo.

Em segundo lugar, esta crítica pareceu convincente pelo pluralismo de suas fontes. O primado e a centralidade desta crítica foi historicamente construída pelos clássicos do liberalismo do século XX, massificadas no contexto da guerra-fria, retomadas e até generalizadas no processo de ascensão e supremacia da tradição neoliberal no campo do liberalismo contemporâneo. Um outro momento importante da afirmação desta incompatibilidade entre a obra de Marx e a ideia de direitos humanos foi aquele construído na obra de Claude Lefort, que vindo do marxismo e não sendo propriamente anti-marxista, mantendo uma orientação em geral socialista democrática, forneceu à esquerda um campo de problematização, ao mesmo tempo, dissolvente e incontornável para a cultura do marxismo contemporâneo, na medida em que localizava uma dificuldade central de Marx em relação à própria fundação do político. Por fim, a leitura canônica de Marx afirmava com inteligência argumentativa essa incompatibilidade como, por exemplo, no artigo de Steven Lukes, “Can a marxist believe in human rights?”, publicado na Revista Praxis International, número 4 de 1981, cruzando citações expressivas com uma interpretação dominante do sentido geral da obra de Marx.

Mas há uma terceira razão para que esta crítica pareça ainda mais convincente: o espaço ainda vazio de uma defesa textual e contextual sistemática, que seja capaz de ler Marx em seu contexto formativo e dialógico no sentido de provar não apenas a compatibilidade de sua obra com uma cultura histórica em formação de direitos humanos mas a centralidade deste fundamento na sua teoria da emancipação, bem como o

sentido central e incontornável de sua contribuição para uma atualização dos direitos humanos no século XXI.

O caminho desta leitura textual e contextual da obra de Marx em sua compatibilidade com a cultura histórica dos direitos humanos está formulado de um modo indicativo em “The Young Marx. German philosophy, Modern Politics and Human flourishing”, de David Leopold (Cambridge: Cambridge University Press, 2007) e recebe um tratamento sintético mais sistemático em “Was Karl Marx truly against human rights?”, de Justine Lacroix e Jean-Yves Pranchère (Revue Française de Science Politique, 2012/2013, vol. 62, pp. 433-451).

## MARX E OS DIREITOS HUMANOS: O REENCONTRO

A reposição, o reencontro e a releitura da obra e da práxis de Marx que têm se intensificado e enriquecido principalmente nas últimas duas décadas enquadram-se neste grande debate contemporâneo sobre as origens, o sentido e o futuro da liberdade no mundo moderno. E sobre o próprio sentido da defesa dos direitos humanos.

Esta atualização da obra e da práxis de Marx tem se beneficiado de duas grandes conquistas. A primeira é a retomada da edição das obras completas de Marx, em torno ao projeto chamado Mega 2, que permite pela primeira vez uma edição crítica integral do vasto corpus não publicado da obra de Marx, inclusive de seus cadernos de estudo e rascunhos, bem como uma revalorização de seus artigos de jornais, escritos militantes e cartas. A segunda conquista é um entendimento bem mais amplo e profundo do século XIX, não apenas alemão, e dos diálogos em contexto de Marx com as várias correntes do socialismo francês, da economia política e da formação do socialismo inglês, de cada um dos jovens hegelianos, bem como de seu rico diálogo com os au-

tores clássicos e modernos da filosofia política. Enfim, há hoje um acesso qualitativamente novo ao texto e contexto da obra de Marx.

Esta releitura da obra de Marx tem retomado a sua inscrição, em um padrão mais documentado e rigoroso conceitualmente, nas tradições do humanismo e do republicanismo democrático. Esta inscrição já estava decerto presente no centro dos Cadernos do Cárcere, de Antonio Gramsci, e na práxis política de Rosa Luxemburgo, ciosa de manter a unidade entre socialismo e democracia. A aspiração de um socialismo com liberdade sempre pautou as chamadas correntes humanistas do marxismo, que se alentaram com a publicação tardia dos chamados “Manuscritos Econômico-filosóficos” do jovem Marx.

O documento da IV Internacional, “Democracia socialista e ditadura do proletariado” é certamente um marco referencial da enorme e decisiva importância nesta recuperação, já que defende o respeito aos direitos humanos na transição ao socialismo. À época, apesar de cerradamente anti-capitalista e inscrevendo-se nitidamente em uma tradição revolucionária, tal documento foi chamado por algumas correntes marxistas dogmáticas de liberal. Mas, por se diferenciar do euro-comunismo, por atualizar um entendimento socialista da democracia, tal crítica dogmática era completamente externa e sectária à própria lógica marxista clássica que fundamentava suas posições.

O processo de desestalinização das esquerdas, impulsionado pela desagregação da URSS, deu um novo vigor a esta busca de um socialismo democrático, permitindo separar o que era originalmente de Marx de descaminhos, rupturas e distorções de sua teoria original.

Na tradição de língua espanhola, a bela obra de Antoni Domenech, recém falecido, “El eclipse de la fraternidad. Una revisión republicana de la história de la tradición socialista” constitui um aporte importante nesta direção e, com base em Oxford e em Cambridge, um conjunto de intelectuais tem

revisitado a obra de Marx em sua relação com o republicanismo democrático, o princípio da liberdade e os direitos humanos. Esta centralidade do conceito de liberdade na obra e na práxis de Marx tem permitido releituras e novas aproximações de Marx com o feminismo, o anti-racismo e seus escritos anti-coloniais, assim como novos olhares sobre o sentido político emancipatório de sua crítica à economia política.

Assim, o que singularizaria a tradição criada em torno da práxis de Marx e Engels seria o sentido democrático do socialismo, frente às correntes corporativas, autoritárias, institucionalistas ou anarquistas do século XIX. O sentido último da obra de Marx e que lhe conferiria a unidade e coerência seria a atualização dos valores do republicanismo democrático para a crítica do capitalismo e do liberalismo.

O vínculo central entre a obra de Marx e as tradições do republicanismo democrático está no próprio conceito de liberdade. Marx defenderia um princípio de liberdade que se assenta igualmente na autonomia, na ausência de desigualdade estrutural e da dominação. O capital, assentado na “escravidão assalariada”, seria na origem o não lugar da liberdade. Desde seus escritos na Gazeta Renana até seus escritos políticos finais, Marx defenderia o princípio da soberania popular, do auto-governo, de uma sociedade auto-regulada, de um princípio de participação ativa e de representação muito próximos ao que Rousseau defendia. O próprio direito à revolução, central em Marx, pode e deve ser lido em consonância com o direito à resistência, exemplarmente defendido nos escritos dos republicanos que legitimaram as revoluções formadoras da Modernidade.

Uma revisitação de onze temas centrais nas concepções contemporâneas de direitos humanos permitiria documentar como eles já estavam presentes na obra e na práxis política de Marx, em crítica aberta às ordens liberais oligárquicas ou autocráticas vigentes no século XIX, em geral patriarcais, racistas e colonialistas.

Um dos centros das atividades de Marx era a defesa do direito universal de voto – ainda na época em geral vetado aos trabalhadores, às mulheres, aos negros – e da soberania popular. O sentido democrático radical da experiência da Comuna de Paris é bem afirmado por Marx, e a defesa da soberania popular está presente em todas as formulações programáticas que participou desde a I Internacional.

A série de artigos escritos na Gazeta Renana sobre a liberdade de expressão e a crítica da censura prussiana, o valor central desta liberdade para a democracia e o seu sentido público, constituem textos clássicos pela sua inteligência expressiva. Contra as leis que restringiam e cerceavam o livre direito à organização dos sindicatos e partidos, Marx defendeu sempre estes direitos associados à formação das próprias tradições populares e socialistas no século XX.

Marx e Engels defenderam o direito de revolução naquelas ordens autocráticas que não permitiam a disputa democrática do poder. Mas em vários documentos, artigos e discursos, defenderam o caminho da disputa da formação de maiorias eleitorais naquelas poucas e excepcionais ordens liberais que se abriam, mesmo que inicialmente, à formação de partidos socialistas, como nos EUA, na Inglaterra e talvez na Holanda.

A reivindicação dos direitos à educação pública, do ensino laico e integral, em geral associado à formação das capacidades criativas do trabalho esteve sempre nos programas escritos por Marx desde o Manifesto Comunista. O imposto sobre a herança e a defesa de políticas públicas favoráveis aos setores pauperizados, assim como uma defesa sempre veemente dos direitos do trabalho, da proteção das crianças à exploração, mobilizaram com centralidade a práxis de Marx.

A publicação das centenas de artigos de Marx escritos nos anos cinquenta e sessenta do século XIX no New York Tribune permitem atualizar o sentido anti-colonialista das ideias de Marx, corrigindo a atribuição indevida de eurocentrismo frequentemente atribuída à sua obra. Assim, Marx critica o

imperialismo inglês na China e na Índia, defende o princípio da auto-determinação da Irlanda, do México, da Polônia, assim como o princípio da paz contra as dinâmicas de guerras e conquista tão frequentes no século XIX.

A documentação dos escritos de Marx sobre gênero feita por Heather Brown e uma revalorização de suas críticas à família patriarcal burguesa, bem como a defesa dos direitos de igualdade das mulheres em todas as áreas inscritos em programas políticos, permitem repensar, em profundidade, as relações de sua concepção de emancipação com as tradições feministas. Igualmente a publicação dos escritos de Marx sobre a guerra civil norte-americana, inclusive sua correspondência com o presidente Lincoln, evidenciam a centralidade conferida por Marx à luta contra a escravidão e o racismo. É interessante lembrar que o liberalismo inglês predominantemente apoiou o sul escravocrata, por interesses econômicos, neste episódio central para os destinos da liberdade no século XIX.

Por fim, a crítica ao direito da propriedade, tal como aparece de forma central, por exemplo, no artigo de Marx “A questão judaica”, deve ser contextualizada ao seu entendimento liberal predominante no século XIX, que o transforma em um direito incondicionado, central e reduzido a privilégio de poucos. Marx quer fechar o entendimento liberal do direito de propriedade que o associa inclusive à compra do próprio corpo e do próprio tempo de trabalho pelo capitalista. A alternativa de Marx se dirigiria, assim para uma defesa democrática deste direito de propriedade através da direção socializada da economia, que não deveria ser confundida com a sua mera estatização, prevendo inclusive a possibilidade de se combinar com diversas formas de propriedade cooperativa ou solidária.

## A ESQUERDA E OS DIREITOS HUMANOS

O diagnóstico de que os direitos humanos e os fundamentos da soberania popular deixaram de ser um consen-

so básico e civilizatório nas democracias liberais conformam, mais do que uma nova conjuntura, uma época. O chão e o horizonte de conquistar e expandir direitos sociais e democráticos, que se tornaram os referentes programáticos das esquerdas e das forças progressistas no pós-guerra, está minado e fechado. Quais mudanças isto traz para a práxis das esquerdas contemporâneas?

Parece ser fundamental neste contexto uma narrativa socialista democrática do processo histórico de formação, sentido e futuro dos direitos humanos. Em uma época na qual as correntes dominantes do liberalismo contemporâneo desertam ou se omitem em uma defesa plena e articulada dos direitos humanos, se as esquerdas não ocuparem este lugar, ele ficará vazio ou dramaticamente enfraquecido.

Esta centralidade da defesa dos direitos humanos, concebida como vinculada à própria tradição marxista moderna do socialismo democrático, incide sobre três desafios fundamentais da luta das esquerdas contemporâneas.

Em primeiro lugar, ao enunciar um apelo dramático à unidade política das esquerdas e das forças progressistas em defesa dos direitos humanos. Esta unidade é a única maneira de evitar a ascensão de forças políticas agressivamente neoliberais e neo-fascistas, que se nutrem exatamente da crise e da dispersão das forças de esquerda para oferecer uma alternativa regressiva ao status quo.

Em segundo lugar, ao vincular as lutas por direitos à luta pelos princípios da soberania popular e da auto-determinação dos povos. É através da conquista e defesa de seus direitos ao trabalho, à educação e à saúde, aos direitos públicos e feministas da reprodução da vida social, à previdência, a uma vida ecologicamente saudável, à livre expressão sexual que o valor da democracia se enraíza e se fortalece na consciência dos cidadãos e das cidadãs. Não é possível conjugar políticas de austeridade com a defesa da democracia.

Em terceiro lugar, ao superar as dinâmicas corporativas e setoriais de lutas por direitos, necessariamente enclausuradas em uma lógica de resistência frente a macro dinâmicas políticas e econômicas, muitas vezes pensadas de forma determinista ou inevitável. As lutas de resistência precisam ir construindo uma nova era de direitos humanos, democráticos e universais, que só uma narrativa histórica socialista e democrática pode construir frente às realidades cada vez mais excludentes e opressoras do capitalismo.

ENTREVISTA

## LLANISCA LUGO

POR TICA MORENO

Entrevistamos Llanisca Lugo, integrante do Centro Martin Luther King e do capítulo cubano dos movimentos sociais, espaço em que convergem e se articulam as organizações cubanas. Llanisca também integra a Marcha Mundial das Mulheres em Cuba, e tem construído há uma década diferentes processos de articulação dos movimentos sociais no continente, sempre contribuindo a partir de sua experiência como educadora popular.

A entrevista aconteceu no contexto de uma reunião da Jornada Continental, em preparação ao Encontro Antimperialista, de Solidariedade, pela Democracia e contra o Neoliberalismo, convocado para realizar-se em Cuba de 1 a 3 de novembro de 2019.

A Jornada Continental é um processo de articulação de movimentos sociais em luta, convocado em 2015, quando um encontro em Havana avaliou os dez anos de derro-

LLANISCA LUGO é integrante do Centro Martin Luther King e do capítulo cubano dos movimentos sociais, espaço em que convergem e se articulam as organizações cubanas. Llanisca também integra a Marcha Mundial das Mulheres em Cuba.

TICA MORENO é doutora em sociologia. É militante da Marcha Mundial das Mulheres e trabalha na SOF - Sempre Viva Organização Feminista desde 2005, com atividades de formação e capacitação sobre trabalho, economia feminista, políticas públicas e enfrentamento a violência sexista.

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

ta da Alca, e os desafios que se conformavam para a esquerda, já com os sinais de ofensiva da direita na América Latina. Articulada a partir de quatro eixos - democracia, integração e soberania dos povos, luta contra as empresas transnacionais e os acordos de livre comércio - a coordenação da Jornada é integrada pela Confederação Sindical das Américas (CSA), CLOC/Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, ALBA Movimentos, Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC), Jubileu Sul Américas, PIT-CNT. A convocação deste segundo Encontro da Jornada (o primeiro aconteceu em Montevidéu, 2017), tem como desafio ampliar politicamente esse processo – por regiões como América do Norte, e setores – como movimentos indígenas, negros e juventudes. A convocatória do Encontro foi ampliada em abril, com a inclusão do movimento de solidariedade à Cuba na organização.

A conversa com Llanisca se inicia com uma reflexão sobre os desafios do socialismo em Cuba hoje, com as mudanças consolidadas na constituição, questões geracionais e a necessária atualização de debates e métodos de organização e participação. Suas reflexões nos convidam a pensar o socialismo a partir do que é concreto e simbólico, o socialismo como um processo de construção e disputa permanente, e seu componente democrático e de participação popular como desafio e necessidade incontornável.

As ameaças que se desenham sobre Cuba hoje, o bloqueio e a política de Trump, estão totalmente imbricadas à movimentação da direita latino-americana e por isso conformam a análise sobre o momento político e os desafios colocados para a Jornada Continental.

Para o Encontro de novembro, a Jornada Continental coloca o objetivo de construção programática e de fortalecimento desse processo em sua capacidade de organização

ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

e mobilização, para resistir e enfrentar à direita que avança no continente com suas expressões mais fundamentalistas, violentas e militarizadas. Os vários desafios perpassam todos os eixos dessa articulação, como o enfrentamento ao poder e controle das transnacionais sobre os territórios, trabalhos e vida; de discutir e organizar a solidariedade nesse momento específico, tanto considerando os processos institucionalizados em governos alvos do imperialismo, como os povos e movimentos sociais em luta, atacados e criminalizados. E, nesse sentido, o desafio de concretizar o internacionalismo como componente fundamental da esquerda e dos movimentos sociais nessa fase de graves derrotas e resistências.

**TICA:** *Queria começar com uma aproximação aos desafios do socialismo em Cuba hoje.*

**LLANISCA:** Atualmente em Cuba temos um desafio fundamental que é disputar, no plano da cultura e das ideias, o que significa um projeto socialista, com novos conteúdos e mais aprofundamento. O que significa, depois de 60 anos da revolução, uma aposta no socialismo. Isso em um contexto mais hostil, mas com a certeza de que queremos construir uma sociedade com participação popular, com inclusão, justiça social, o que é muito complexo, porque estão em jogo diversas realidades.

As diretrizes da política econômica, que depois se cristalizaram na Constituição aprovada recentemente, reconhecem outra estrutura de propriedade. Em Cuba não reconhecíamos a propriedade privada dos meios de produção, e isso coloca um matiz grande não só para as relações econômicas, mas interfere nas relações sociais, políticas, que é preciso compreender porque significam muito para os cubanos e as cubanas. O debate sobre uma sociedade mais justa nos coloca a necessidade de discutir muitos temas, sobre as populações ne-

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

gras, as mulheres, os setores do campo, que muitas vezes não discutíamos porque sempre havia as prioridades do projeto.

E também é um momento que requer uma capacidade, do projeto como um todo, de se olhar mais a fundo. Então acredito que esse é um momento bom, de mais discussões, mas de muita disputa. Porque também vemos avançar o setor evangélico mais conservador, fundamentalista religioso, que vem com um pacote ideológico muito claro e muito aliado ao capital dos Estados Unidos, assim como aos interesses dos Estados Unidos no país.

Então por isso tem uma disputa cultural, com os mais jovens, sobre como não retroceder a uma sociedade onde cresçam os males do capitalismo. Como ampliar essa proposta anticapitalista que nós cubanos acumulamos: de solidariedade, de luta. Mas, talvez, não de tanta reflexão, profunda, sobre o que significa o capitalismo no cotidiano. Por onde iria um capitalismo hoje em Cuba, e quais são os signos do capitalismo. Então, para enfrentar o capital precisamos fazer essa reflexão.

Mas eu acredito que esse é um momento em Cuba de muito debate, de muita busca própria, de como superar esses desafios, aprofundar a revolução com uma nova liderança no Estado, que está apostando por um governo mais coletivo, que presta contas ao povo de diversas maneiras, que dialoga e trabalha frequentemente com as pessoas pelos meios de comunicação. E isso é bom para a proposta de construção popular de um projeto. Precisamos aprofundar o que é nosso sistema político, o que é o poder popular. Mas o que isso significa realmente, um projeto político de construção de protagonismo popular real, da base. Então, agora, a nova constituição cria, por exemplo, propostas de descentralização municipal com mais autonomia para os municípios, e isso é algo que precisamos fortalecer. Precisa-

ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

mos discutir como não gerar, com isso, grandes diferenças entre municípios, porque alguns municípios têm muitos recursos e muitas possibilidades de gerar uma vida autônoma, e outros não têm essa capacidade. Mas nós apostamos na descentralização municipal, na capacidade de construir associações, organizações populares com possibilidade de interlocução com o governo para impulsionar agendas a partir dos setores populares. E isso é um ponto onde é preciso avançar muito mais.

**TICA:** *E, nesse sentido, como você vê os desafios das organizações cubanas.*

**LLANISCA:** Hoje nós, as organizações cubanas, temos a possibilidade de colocar nossa agenda dentro das propostas do Estado. Existem espaços e coletivos organizados para avançar com toda a legalidade que foi incluída na constituição. Mas o povo que não está organizado em organizações ou em espaços acadêmicos não tem isso muito claro, como incidir, como participar. Eu acho que é preciso ampliar, organizar mais os canais de participação das pessoas. E para isso é preciso dialogar muito com as organizações de massa em Cuba, que são referência para muitos cubanos e cubanas organizadas, como é a Federação de Mulheres Cubanas, a ANAP – Associação Nacional de Pequenos Agricultores, a CTC Central de Trabalhadores de Cuba... São organizações que estruturaram o campo popular, desde as bases, que se constituíram com uma maneira muito ousada de discutir o projeto de país em vários níveis, e que hoje precisam atualizar tanto as discussões como as formas de participação das bases. Como os trabalhadores vão participar do planejamento da economia, do que vão produzir, mas também da gestão e da administração da economia e do que se produz. E também da avaliação. Acho que isso é claro, mas como se organiza efetivamente é um desafio atual.

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

Assim também com as mulheres, vamos discutir uma agenda que precisa ser atualizada. Hoje, os temas das mulheres em Cuba são outros, são novos, aparecem e crescem. Essa é uma tarefa para a Federação, o que fazer nessa nova conjuntura. Como mudar, ou pelo menos ampliar, uma agenda feminista e discutir isso no país com as mulheres que estão organizadas. Porque isso é muito bom: estão organizadas! Mas acho que precisamos discutir de forma mais aprofundada questões que são próprias do movimento de mulheres, próprias ao movimento sindical. E isso não significa que não vamos aportar ao projeto comum que compartilhamos, pelo contrário.

**TICA:** *Você falou sobre o contexto hostil... como vocês estão vendo, nesse momento de ameaças, os caminhos de resistência?*

**LLANISCA:** Temos hoje uma Cuba mais ameaçada pelos Estados Unidos, e mais ameaçada por toda a direita latino-americana, que está muito organizada, em vários países. Estão criando mecanismos de pressão para desbaratar tudo o que resta, tudo o que construímos. Tudo que, mesmo com todos os limites, existe, resiste e tem resistido por muitos anos. Então a questão é como Cuba resiste mais uma vez. É uma história complicada, mas acho que tem muita gente jovem organizando muito debate, há coletivos jovens surgindo, gente que está discutindo o internacionalismo com um olhar da juventude. E isso me dá muita esperança. Também tem muita proposta no campo da soberania alimentar, das sementes crioulas, de mecanismos de inovação para a agricultura, então tem muito movimento no campo em Cuba que nos dá muita esperança. Tem muito trabalho de base das organizações camponesas e das organizações de mulheres. Em Cuba isso é bom e nos dá esse sentido de esperança.

ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

É um país com muita discussão, com muita construção, também muita tensão e muita disputa, mas acredito que é um país com vontade de resistir. E com muito acúmulo de soberania e anti-imperialismo, mas com necessidade de atualizar esses debates e colocar novos conteúdos: nesse internacionalismo que nos fez fazer a revolução, novos conteúdos ao socialismo que é a aposta política do projeto, e estamos nesse caminho.

**TICA:** *E pensando, além de Cuba, nesse contexto complexo do continente...*

**LLANISCA:** Acho que é um momento muito difícil porque temos uma ameaça real, de perder coisas que realmente construímos, de perder coisas muito valiosas que construímos. E acho que estamos nesse momento de reconhecer tudo isso que vamos perdendo. Ou seja, um momento de nos dar conta de que o acúmulo era maior do que às vezes pensávamos, de que tudo que se construiu era mais valioso do que às vezes avaliávamos. Acho que é um momento de aprendizado, e um momento de pensar muito, como esquerda no continente, no que fazer.

Não podemos reagir como loucos, nem podemos andar tão apressados. Temos que pensar como construir para adiante. E é um momento muito perigoso, porque o imperialismo não tem hegemonia na região, como realmente não convence que tem um projeto de tranquilidade e justiça para os povos, vemos que está muito desesperado e com uma precarização da política. Uma política que está sendo deteriorada, esse momento da não verdade, que vai além de qualquer moral. Qualquer vestígio ético que tinha sobrado na justiça, ou na política conservadora organizada pela moral burguesa mais tradicional, tudo isso está hoje se desmoronando. Então é uma política feita desde os elementos mais precários, uma falta de cultura política muito grande, que não compreende processos. E

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

isso é muito perigoso porque aí aparece qualquer tipo de manifestações, de violência, de militarização, de criminalização. E acho que o que está acontecendo é que eles estão tentando chegar no limite do que possam, o mais longe possível, vindo onde encontram os freios para tudo isso, em todo o continente. Onde se colocam os limites para essa política de expansão, que também traz uma neocolonização, que de novo também traz a despossessão, nesse sentido de se apropriar de tudo.

Acho que uma batalha fundamental é a dos símbolos e do que, para nossos povos, se construiu como imaginário do que são os Estados Unidos hoje. E quanta gente, em nossos povos, acredita que ali existe uma possibilidade de vida... Isso também significa entender melhor as migrações, que também crescem a partir de Cuba, temos pessoas indo para os EUA sempre. Precisamos discutir o que significa isso, porque se instalou no imaginário de que ali tem um modo de vida possível para a felicidade. Ou, ao menos, que é uma exploração com a que se pode conviver. Ou seja, porque as pessoas aceitam e escolhem viver com a exploração. Isso está presente nas ideias da classe trabalhadora, e isso é parte da disputa, que está na base da atuação dos EUA contra nosso povo. Eles sabem como construir esse imaginário com os meios de comunicação, e agora apelam a esse imaginário. Existe luta de classes, queiramos ou não chamar assim. Mas há.

**TICA:** *Temos falado muito sobre o internacionalismo e o que significa para a nossa militância, como se concretiza. O que essa conjuntura nos coloca de desafios para a construção internacionalista?*

**LLANISCA:** Agora mesmo, um epicentro da resistência se chama Venezuela. Onde os EUA colocam força e mostram tudo o que podem fazer para desmontar a resistência que encontram. E o povo venezuelano diz “não!”, e resiste em condições

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

de bastante tensão. E, aí, não se trata de se tem um modelo de gestão mais ou menos socialista... não se trata de ter conseguido romper as estruturas do regime capitalista, já não se trata de, se Maduro construiu um tipo governo mais ou menos popular. Nenhuma dessas perguntas é, hoje, a pergunta que tem que ser feita. Porque não é só sobre Venezuela que estamos falando hoje, quando falamos sobre a Venezuela. É sobre se podemos ou não acreditar, e a esquerda tem acreditado, que podemos superar o capitalismo. E, portanto, que podemos enfrentar o imperialismo. Para nós, não é solidariedade com um povo irmão. Claro que é um povo irmão, mas é incorporar toda a aprendizagem de sua resistência à nossa luta e à nossa resistência de hoje. E construir com essa aprendizagem e a nossa um projeto para caminharmos juntos. Esse é o sentido do internacionalismo. Aprender a caminhar juntos. Vamos assumir os riscos juntos. Vamos aportar mutuamente. Porque o inimigo é comum, e o projeto ou é comum ou não pode avançar muito. Porque só junto dá para romper as estruturas do capital e frear essa organização do poder contra o povo. Sozinhos não podemos.

Então, para nós, temos essa tradição de compreender que o internacionalismo não é uma política que se soma ao projeto. Ou é internacionalista, ou não é um projeto que quer superar o capitalismo. Nunca poderá sozinho. O internacionalismo é intrínseco à construção socialista.

Não é algo que se possa escolher ou não, ou que se possa deixar para depois. E acreditamos que, mesmo quando há uma política de Estado que é internacionalista, precisamos construir o internacionalismo dos povos. Aprender juntos o que significa batalhar por um projeto, e disputar o projeto mesmo quando ganhamos. Aprofundar o projeto nas ruas, mobilizando mesmo quando estamos no Estado, enfim, tudo isso que temos que organizar na construção do

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

socialismo. O que significa isso para nós, o que significa a diversidade de vozes: que não dá para seguir deixando alguns debates para depois porque parecem que não são os centrais. Ou os debates entram na discussão, por exemplo sobre as estruturas de opressão, ou não vamos dar conta de um projeto libertador.

E por isso estamos com a Venezuela, com tanta gente que se organiza e com tanta riqueza de luta que temos na América Latina hoje. Estamos tratando de visibilizar as lutas e de nos orgulhar delas. Porque junto com os revezes podemos, às vezes, na busca dos aprendizados e avaliações, perder um pouco da auto-estima revolucionária e o orgulho do caminho. E eu acho que temos muito que nos orgulhar, de tantas resistências e tantas frentes de construção. Se vemos quanto tempo eles estão organizando um sistema de opressão, que é o capitalismo, o tanto de injustiça que construíram no mundo... podemos nos permitir um pouco de erros, aprender com eles e nos fortalecer em uma nova fase de disputa. Acho que esse processo de aprender é importante.

**TICA:** *Você segue os processos de construção e articulação com os movimentos sociais latino-americanos já faz um tempo. Queria te perguntar uma coisa que parece pessoal, mas sabendo que o pessoal é político de tantas formas, quais são as principais aprendizagens, desafios, de ser cubana e construir os processos de luta conjuntos com os outros movimentos e culturas políticas.*

**LLANISCA:** Há 10 anos sigo esses processos dos movimentos sociais. Acho que nós cubanos e cubanas aprendemos muito, especialmente sobre a construção coletiva dos processos pela América Latina. A capacidade de colocar em diálogo as histórias de opressão, para colocar em diálogo também os processos de libertação. Construir coletivamente, que é uma aposta

do Centro também (Centro Martin Luther King), de educação popular e construção coletiva. E isso é muito difícil quando há urgência, né?

Eu aprendi muito que não podemos construir um processo por etapas, que não há lutas periféricas e lutas centrais, e que só com uma construção coletiva nós podemos superar o que temos. Sinto muita confiança quando fazemos coisas coletivas, quando de verdade nos olhamos nos olhos, nos escutamos um pouquinho, temos paciência, paciência inclusive com alguns retrocessos e questões que precisamos trabalhar para poder avançar. As pessoas resistem muito! Gente que passou a vida inteira lutando pelo que acredita, e nessa vida inteira quantos retrocessos enfrentaram. Mas, mesmo assim, as pessoas mantêm uma linha, uma esperança. Também aprendi muito sobre a necessidade de trabalhar com as forças políticas, sobre as armadilhas que alguns movimentos populares caíram com o discurso de ser autônomo ou de não ter participação política. Toda essa riqueza da ação entre movimentos e partidos, e Estados, com diferentes papéis. Como se complementam e como se enriquecem. Para Cuba esse é um aprendizado muito importante. Porque nós, com a revolução, construímos organizações de base. E acho que um desafio hoje é que, desde as organizações de base, sigamos apostando e enriquecendo a revolução, em diálogo com um Estado que é revolucionário, com o partido que está no governo, e essa experiência vem muito da América Latina. Então toda essa experiência de auto-organização, de mobilização com auto-gestão, de celebrar esse ser militante auto-organizado também refresca e reflete muito as referências políticas e dá muito conteúdo à militância política. Sinto que isso nos dá uma força, inclusive reforça meu pertencimento ao projeto, e eu sou do partido comunista em Cuba. Então toda a riqueza de trabalho com os movimentos sociais latino-americanos aporta à mi-

ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

nha militância, e dá muito conteúdo à nossa organização em Cuba. Dá muito sentido ao que é meu referente de revolução. E também acho que Cuba, com todos seus erros, mas com todas as aprendizagens do processo, aporta uma história de resistência que é genuína, porque o povo cubano tem um consenso, ainda que um consenso em disputa, de defender o que foi construído. E isso tem muita expressão na capilaridade das organizações cubanas, na vida cotidiana dos cubanos. E isso também é um aprendizado para as organizações. Eu sinto que precisamos ir nesse sentido, de construir coletivamente, escutar e construir com as diferentes experiências e aportar com a nossa, que é uma experiência, não a única. Mas é uma experiência de resistência que hoje podemos nos referenciar e precisamos defender.

**TICA:** *Em novembro estaremos em Havana, no encontro convocado pela Jornada Continental, que foi ampliado com a integração do movimento de solidariedade a Cuba. Qual é o sentido da nossa mobilização para o "Encontro Anti-imperialista, de solidariedade, pela democracia e contra o neoliberalismo"?*

**LLANISCA:** Temos que nos encontrar, nos olhar, abraçar e dizer: estamos lutando. E a batalha está e cada vez mais estará dura e difícil, mas enquanto estivermos juntos, nos encontrando e lutando juntos, eles também vão ter dificuldade. Isso é muito necessário. É a consciência de que existimos e resistimos. E não sozinhos, separados, por isso a necessidade de construção de um Encontro como esse.

Temos que ir a Havana porque será um espaço de tranquilidade para construir esse caminho, temos que construir uma aposta: o que fazemos juntos para depois de novembro, para um tempo de resistência, como vamos enfrentar esse tempo, parar os tanques que estão vindo, que estão apontados contra nós. Como vamos frear toda essa prática que é mui-

## ENTREVISTA

LLANISCA  
LUGO

to mais que conservadora – um fundamentalismo político, religioso e social atroz, e que tem uma estrutura muito forte por trás. Para isso precisamos de tempo para conversar, pensar juntos, e Havana será um espaço para isso. Para, em um momento em que a região está ameaçada de perder tanto acúmulo, em que o pensamento conservador de direita ganha terreno em tantos setores, vamos ver quanto sujeito organizado existe, quantas lutas existem, quanta capacidade de discussão e diálogo temos entre todas essas lutas para seguir construindo – e ampliando – um caminho de luta juntos. Chegar a consensos e acordos de como avançamos juntos para esse momento que vem. Então vai ser um momento místico, no sentido de que todas nossas histórias e espiritualidades estarão presentes, nossos afetos e emoções do que somos. Tudo que nos trouxe até aqui. É um Encontro da história e da construção de um futuro que nos comprometa a todos. Eu acredito e imagino um Encontro com muitas cores, muita gente jovem, muitas vozes de mulheres, muita experiência, muito discernimento para o “que fazer”. Um Encontro não apressado, digamos que menos comprometido com um documento como resultado, e mais com um futuro de organização coletiva, que dê conta da luta que estamos travando.



# SOBRE BACURAU

RICARDO MUSSE

A força artística, intelectual e política de Bacurau se asenta em suas metáforas. Construções complexas, instigam no espectador a vontade de decifrá-las. Inseridas numa composição fragmentária, estimulam a leitura alegórica, engendrando formas polissêmicas de percepção e compreensão.

## 1.

Bacurau é um povoado localizado no extremo oeste de Pernambuco. A mera indicação geográfica orienta a recepção para analogias e alegorias referenciadas no sertão mítico. Remete àquele território vasto e indeterminado figurado, entre outros, por Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Glauber Rocha, pelo Cinema Novo e por filmes recentes produzidos no Nordeste.

A primeira parte do filme organiza-se como uma exposição da vida social e do cotidiano de Bacurau. Combina a

RICARDO MUSSE é doutor em filosofia e professor no departamento de sociologia da USP. Tem experiência em pesquisas e docência nas áreas de sociologia e de filosofia, com ênfase em teoria sociológica, atuando principalmente nos temas: teoria crítica da sociedade, sociologia do marxismo, teoria social, sociologia e filosofia alemã.

construção de personagens, pensados ao mesmo tempo como singularidades e como tipos ou emblemas, com a descrição de suas funções e papéis, iluminando a divisão local do trabalho social, seguindo uma técnica recorrente no cinema documental. Algumas delas, no entanto, como o caboclo Damiano (Carlos Francisco), são compostas no registro do realismo mágico, filtrado pela tradição literária e cinematográfica brasileira.

É possível identificar aí a nova paisagem do Nordeste, repaginada pelo crescimento econômico e pelas políticas sociais implantadas a partir de 2003, num diálogo com imagens configuradas em filmes como *O Céu de Suely* e *Big Jato*. Cabe destacar a preocupação comum em mostrar, ao lado dos laços de vizinhança e parentesco, a conexão dialética entre o local e o global, incrementada por fluxos migratórios e pela disseminação das tecnologias de informação.

A vida social e o cotidiano de Bacurau remetem também, em certa medida, ao mundo das comunidades (outra designadas pelo termo “favela”) onipresentes nas grandes cidades brasileiras, à dualidade entre o esforço em favor da educação, da saúde e da pacificação levado adiante por líderes comunitários, em acordo tácito ou em conflito com os indivíduos que controlam, por meio do exercício da violência, o território abandonado pelo Estado. No reino da indústria cultural as “celebridades” associadas a Bacurau – com notoriedade equivalente à dos chefes do tráfico dos morros cariocas – são os personagens Pacote (Thomas Aquino), o matador de aluguel, e Lunga (Silvero Pereira), o fora da lei.

Bacurau encarna ainda a utopia de uma sociedade pós-patriarcal. O filme apresenta uma miríade de identidades individuais, comportamentos e relações afetivas alternativas às predominantes no mundo patriarcal. O esteio de experiências pouco convencionais é apresentado reflexivamente pelos próprios personagens nas cenas iniciais: o imã que configura as formas de vida do povoado é Carmelita (Lia de Itamaracá), arquétipo do matriarcado.

## 2.

A segunda parte do filme inicia-se com uma revoada de cavalos. A situação insólita não causa estranhamento, pois a memória visual e artística do espectador reconhece na cena o indício de que algo estranho está a caminho, como é usual na literatura de José J. Veiga e Murilo Rubião, ou no imaginário dos filmes de faroeste. O efeito de ameaça, como nos contos de Júlio Cortázar, cresce em progressão contínua: a visita inesperada de dois motociclistas vestidos como participantes de um rali, o morticínio dos moradores da fazenda e dos emissários ali enviados, o assassinato de uma criança.

O intenso suspense que estrutura a narração nessa parte do filme logo se encerra. A câmera, até então colada aos moradores de Bacurau, desloca sua perspectiva e muda de lugar, passando a acompanhar os forasteiros.

Trata-se de um grupo de *snipers* norte-americanos, colecionadores de armas *vintage*, vestidos como turistas em um safári e agindo como participantes de um *reality show* macabro. São monitorados, por fones de ouvido permanentemente ligados, a partir de um comando remoto instalado em um drone (cujos contornos lembram os discos voadores de filmes B dos anos 1950) que tudo ouve, vê e filma. Quando entram em ação, se movimentam como figuras de videogame, analogia desenvolvida nos filmes de Harun Farocki.

Os motociclistas são brasileiros, sulistas, funcionários do Judiciário, animados com a possibilidade de participar do esquadrão da morte. Medidos pelos olhos dos adeptos da supremacia branca, porém, tornam-se imediatamente alvos, em um ensaio do programa de assassinato em massa.

O sinal da internet é bloqueado. Bacurau se torna invisível até mesmo para o satélite do Google. Não há como não se lembrar do bloqueio do espaço aéreo (supostamente

realizado pela FAB), do isolamento a que foi submetida a região do Jalapão durante as filmagens de um *reality show* norte-americano. Organizados como bandoleiros, à maneira de filmes de faroeste, como tropa de ocupação, os *snipers*, em *Bacurau*, preparam a invasão, o cerco e o ataque final.

Com esse movimento de campo e contracampo, o filme adiciona outras camadas de significado à metáfora do sertão. Sob a ameaça de extermínio, sitiado por um esquadrão estrangeiro, Bacurau remete alegoricamente aos quilombos, a Canudos, às comunas anarco-comunistas, às periferias das grandes cidades brasileiras, mas também a um povo, a uma região, a um país sob a mira do imperialismo.

### 3.

Diante da disparidade das forças, antevê-se o massacre, a ser devidamente acompanhado na trilha sonora por músicas como “San Vicente” ([https://www.youtube.com/watch?v=5VbLnJA0\\_8I](https://www.youtube.com/watch?v=5VbLnJA0_8I)) – “as horas não se contavam/ e o que era negro anoiteceu / no corpo e na cidade/ um sabor de vida e morte/ um sabor de vidro e corte”.

O que se ouve, no entanto, em alto volume, é “Réquiem para Matraga” (<https://www.youtube.com/watch?v=jOfpxgWFWYs>) – “vim aqui só pra dizer/ ninguém há de me calar/ se alguém tem que morrer/ que seja pra melhorar/ tanta vida pra viver/ tanta vida a se acabar/ com tanto pra se fazer/ com tanto pra se salvar/ Você que não me entendeu/ não perde por esperar”.

Nesse momento, o leitor de Guimarães Rosa ciente de que a composição de Geraldo Vandré foi encomendada para Augusto Matraga, o cinéfilo que assistiu ao filme de Roberto Santos ([https://www.youtube.com/watch?v=EaBkPeJ2R\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=EaBkPeJ2R_A)) já antecipa como a trama irá se desenvolver. Mas até mesmo o expectador desprovido dessas informações percebe que chegou “a hora e a vez” da resistência.

Coloca-se então a questão: como um povoado que procura cultivar a não-violência e celebrar a vida pacífica pode reagir a uma ameaça de aniquilação física?

Há no Brasil um repertório da resistência popular congelado em nossa memória histórica e no escassamente visitado museu de Bacurau. Zumbi, a luta sertaneja retratada na terceira parte de *Os Sertões*, a Guerra do Contestado, Santa Dica, os feitos do cangaço, a saga de Corisco, as Ligas Camponesas, Lamarca, Marighella, os heróis anônimos do dia-a-dia etc.

A composição do personagem Lunga, o bandido com a cabeça a prêmio banido da comunidade, que se torna o braço armado da resistência de Bacurau, é concebida como uma atualização de Nhô Augusto, o anti-herói de *A hora e a vez de Augusto Matraga*. Como ele, Lunga carrega uma reputação marcada por transgressões aos valores compartilhados pela consciência comum e por uma conduta sexual não convencional. Como Lunga também, antes de se engajar na luta, passa por um processo de superação de ressentimentos, de perdão mútuo entre ele e a comunidade. Seguindo a tática de Nhô Augusto, os habitantes de Bacurau conseguem debelar o ataque, matando, um a um, os invasores.

No recurso ao imaginário histórico como estratégia de luta, no resgate das esperanças do passado ressoa o mote de Walter Benjamin – “o passado traz consigo um índice secreto que o remete para a redenção”.

#### 4.

O filme desdobra, em múltiplas determinações, a relação dialética inscrita na dualidade visibilidade/invisibilidade.

“Bacurau” é o nome de um pássaro silencioso que só voa ao anoitecer; designa também o indivíduo que tem o hábito de só sair à noite; denomina ainda, no Rio de Janeiro, o afrodescendente e, em Pernambuco é variante, conforme o Houaiss, de cova de carvão vegetal, aludida no buraco onde o

bando de Lunga esconde suas armas (e onde o líder dos *snipers* será enterrado vivo). Quatro metáforas da invisibilidade.

Quando ameaçados, os habitantes do povoado se fazem invisíveis. Adotam esse procedimento para rechaçar tanto as promessas demagógicas e o mandonismo local de Tony Jr. (Thardelly Lima), o prefeito candidato à reeleição, como o ataque do esquadrão de *snipers* norte-americano. O isolamento deliberado não impede que Bacurau se torne um alvo visível para mercadores do voto e para os agentes da violência.

A reclusão voluntária, o propósito de não se deixar conhecer e de manter um modo de vida próprio, repetindo o dilema histórico dos quilombos, mostra-se insuficiente para deter as práticas de extermínio. Trata-se de uma alegoria da guerra civil brasileira: invisível, posto que naturalizada; e ao mesmo tempo visível em grau máximo, pois, como o *reality show* dos *snipers*, é transmitida diuturnamente ao vivo pela TV.

## 5.

*Bacurau* se insere na linhagem do cinema moderno. Autorreflexivo, opera com descontinuidades e justaposições, pluralidade de focos e campos de visualização, fragmentos e intenção de totalização alegórica. Na linhagem inaugurada por Jean-Luc Godard, explora formas de intertextualidade, o uso intenso de citações e colagens que mesclam repertórios da arte autônoma e da indústria cultural, da cultura erudita e do universo do pop, das vanguardas e do cinema de gêneros. Nesse andamento, explícita, a cada momento, suas regras formais, o material, as técnicas de representação e seu programa estético e cultural.

O filme inicia-se com um movimento de câmera que parte do espaço sideral, cruza um satélite artificial e se detém num caminhão pipa, trafegando numa estrada esburacada ao som da música “Não-identificado”, de Caetano Veloso, na voz de Gal Costa (<https://www.youtube.com/watch?v=6khZzK->

CSomE): “Eu vou fazer uma canção pra ela/ Uma canção singela, brasileira/ Para lançar depois do carnaval/ Eu vou fazer um iê-iê-iê romântico/ Um anticomputador sentimental/ Eu vou fazer uma canção de amor/ Para gravar num disco voador/... Minha paixão há de brilhar na noite/ No céu de uma cidade do interior”.

Os diretores (Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles) compartilham com o tropicalismo musical a atenção a uma série de dualidades, desdobradas a partir dos pares nacional/estrangeiro e local/global. Desconfiam igualmente da eficácia da arte artesanal como barreira de contenção da expansão incontrolada da indústria cultural. Reconhecendo que, no capitalismo tardio também os produtos artísticos assumem a forma-mercadoria, buscam modalidades de inserção refletida no mercado cultural.

Conjugam adesão e crítica aos códigos artísticos vigentes, procurando, por intermédio de uma pletera de procedimentos (dentre os quais se destaca a ironia e a paródia), subverter o conteúdo das representações da indústria cultural. Anseiam ser popular a ponto de brilhar na noite, nos céus dos vilarejos do interior.

*Bacurau* está mais próximo, no entanto, da fase tropicalista do Cinema Novo (sobre esse período cf. Ismail Xavier, *Alegorias do subdesenvolvimento*). Ali, ao lado de *Macunaíma* e de *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* / *Antonio das Mortes*, pontifica *Brasil Ano 2000*, obra que contém em sua trilha sonora a canção “Não-identificado”.

O filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles retoma, a partir de sua incorporação pela cultura dos anos 1960, o programa do *Manifesto Antropófago*, proposto por Oswald de Andrade em 1928. O objeto de deglutição hoje é mais indigesto do que antes – um cinema que assimilou e neutralizou as técnicas da vanguarda, que incorporou a verve paródica e se esfumaça em simulacros. Apesar das transformações da arte e da publicidade, *Bacurau* continua apostando na

atualização dos procedimentos da Antropofagia como um recurso a serviço dos dominados, em sua luta contra os imperativos do sistema cultural financeirizado.

As tecnologias da informação desenvolvidas no exterior, em Bacurau, são absorvidas e remodeladas em seus usos pelo filtro da cultura local. O avanço técnico converte-se, assim, seja na história narrada ou no arranjo interno do filme, em armas da resistência. Por meio desse quiproquó os diretores propõem uma retomada do ideal de uma cultura nacional, um projeto inacabado que animou os momentos decisivos do cinema brasileiro (cf. Paulo Emílio Salles Gomes, *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*).

*Bacurau* se coloca e pode ser visto, portanto, como um novo elo de uma tradição que teve uma inflexão e seu ponto alto nos “cinemas novos” dos anos 1960. Resgata a aliança, então corrente, entre artistas e produtores brasileiros e europeus, cujo alcance foi descrito com precisão por Guy Hennebelle e sintetizado no título de seu livro: *Os cinemas nacionais contra Hollywood*.

## REFERÊNCIAS

*Bacurau* (Brasil/França, 2019). Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Roteiro: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Elenco: Silvero Pereira (Lunga), Thomas Aquino (Pacote/Acácio), Lia de Itamaracá (Carmelita), Sonia Braga (Domingas), Bárbara Colen (Teresa), Thardelly Lima (Tony Jr.), Carlos Francisco (Damiano), Rubens Santos (Erivaldo), Wilson Rabelo (Plínio), Udo Kier (Michael).

*O céu de Suely* (Brasil/Alemanha/França, 2006). Direção: Karim Aïnouz. Roteiro: Karim Aïnouz, Mauricio Zacharias e Felipe Bragança. Elenco: Hermila Guedes, Georgina Castro, Maria Menezes, João Miguel, Zezita Matos, Mateus Alves, Gerkson Carlos, Marcélia Cartaxo, Flávio Bauraqui.

*Big Jato* (Brasil, 2015). Direção: Cláudio Assis. Roteiro: Xico Sá. Elenco: Matheus Nachtergaele, Gabrielle Lopez, Marcela Cartaxo, Rafael Nicácio, Jards Macalé, Pally Siqueira.

José J. Veiga. *A hora dos ruminantes* (1966). São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

Murilo Rubião. *Obra completa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

Júlio Cortázar. Casa tomada. In: *Bestiário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

Euclides da Cunha. *Os Sertões*. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ubu/Sesc, 2016.

João Guimarães Rosa. A hora e a vez de Augusto Matraga. In: *Sagarana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2017.

Walter Benjamin. Sobre o conceito da história. In: *O anjo da história*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

Ismail Xavier, *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo, Cosac & Naify, 2012.

Oswald de Andrade. *Manifesto Antropófago*. In: a utopia antropofágica. São Paulo, Globo, 1990.

Paulo Emílio Salles Gomes, *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

Guy Hennebelle. *Os cinemas nacionais contra Hollywood*. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

*A Revista Democracia Socialista* foi produzida em São Paulo, em outubro de 2019.  
O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro sobre papel pólen soft 80 g/m<sup>2</sup>.



# Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

[www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)